

Acta nº2/2008

Aprovada a 6/10/2008

**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
COIMBRA REALIZADA EM VINTE E OITO
DE ABRIL DE DOIS MIL E OITO**

No dia vinte e oito de Abril de dois mil e oito teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a segunda sessão ordinária de 2008 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1-Tomada de Posse da Comissão Municipal de Segurança;

Ponto 2-Intervenção do Presidente da Câmara;

Ponto 3-Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2007:

a)Câmara Municipal de Coimbra;

b)Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;

Ponto 4-Carta Educativa do Município de Coimbra;

Ponto 5-Declaração de Utilidade Pública:

-Unidade de Execução da Quinta da Fonte da Cheira

-Via estruturante Santa Clara/S.Martinho do Bispo-Troço da Quinta do Lagar/Centro de Saúde;

Ponto 6-Concurso público de concessão de um terreno municipal para a instalação de um posto de abastecimento de combustíveis líquidos, de gases de petróleo liquefeitos (GPL) e área de serviço;

Ponto 7-Desafectação do domínio público municipal de uma parcela de terreno sita na Rua da Fonte do Bispo;

Ponto 8-"Empreitada de construção da Etar de Vil de Matos" - declaração de interesse público municipal;

Ponto 9-Delimitação da "Área para Regeneração e Reabilitação Urbana-aplicação do Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana (OE2008) e candidatura ao QREN;

Ponto 10 -IPN-Incubadora - isenção de IMI;

Ponto 11 -Adesão do Município de Coimbra à Associação Exploratório Infante D. Henrique;

Ponto 12 -Concessão da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra ao Prof. Dr. Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada "Por Coimbra" (PPD-PSD-CDS-PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, Carlos Manuel Nunes da Silva, Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz, Vasco Jorge Antunes da Cunha, João Manuel de Serpa Oliva, Luís Miguel Lopes Correia, António Moisés Galdes da Silva, Francisco José Batista Veiga, João Francisco Lencastre Campos, Ricardo José

Jesus Cândido, João Paulo Barbosa de Melo, Maria Helena Brandão Moura Ramos, António Alberto Maló de Abreu e Paulo da Cunha Almeida.

Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Maria Palmira Pedro, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, José Manuel Rodrigues Passeiro, Lino Gomes Branquinho Trovão, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Luís Miguel da Vinha, Manuel Joaquim Peixoto Ferreira, Antonino Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Helder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Barroca e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Isabel Maria Nobre Vargues, Abílio Vassalo Abreu, Carlos Manuel Dias Cidade, Mário Manuel Teixeira Ruivo, Manuel Cenrada Guinapo, Carla Andrea dos Reis Violante, João Manuel Brás Tralhão, José Manuel Ferreira da Silva, Maria Irene Santa Rodrigues Ferreira e Luís Santarino Fernandes.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Filipe Manuel Monteiro Vaz, Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Arménio Nabo Ferraz, Jorge Manuel Costa Veloso, José Carlos Santos Clemente, José António Oliveira Cortesão e António Fausto Gomes Matos

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Fernando Jaime Alves Martinho, João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Margarida Maria Rodrigues Viegas e Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e António Manuel Teles Cardoso.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Serafim José Santos Duarte e Maria Manuela Nobre Rodrigues.

Independente:

Maria Reina Martin Pimpão.

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

Além do Presidente da Câmara Carlos Manuel Sousa Encarnação estiveram presentes os vereadores João José Nogueira Gomes Rebelo, Marcelo Nuno Gonçalves Pereira, Luís Nuno Ranito da Costa Providência, Mário Mendes Nunes, Álvaro Santos Carvalho Seco e Jorge Filipe de Gouveia Monteiro.

MESA:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por Isabel Maria Nobre Vargues como Primeira Secretária e Margarida Rodrigues Viegas como Segunda Secretária.

O Presidente da Assembleia abriu a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

-Deputado municipal António Reis Marques pelo período de 10 dias com início a 24 do corrente mês;

-Deputado municipal Manuel José Augusto Brito Xavier, pelo período de 10 dias com início a 21 do corrente mês;

-Deputada municipal Maria Ângela Duarte Pinto Correia, pelo período de 8 dias com início a 24 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis Maria Irene Santa Rodrigues Ferreira e Luís Santarino Fernandes.

Deputada municipal Catarina Isabel Caldeira Martins, pediu a suspensão do mandato pelo período de 120 dias com início a 16 de Abril, por motivos de maternidade;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, do partido pelo qual foi eleito (Bloco de Esquerda) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra – Maria Manuela Nobre Rodrigues.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Stº António dos Olivais apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Vogal do Executivo da Junta – Luís Miguel da Vinha.

Seguidamente e estando prevista para as 15 horas a tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança deu-se inicio aos trabalhos.

Tomada de Posse Conselho Municipal de Segurança

Nos termos do artigo 9º da Lei nº33/98 de 18 de Julho, perante esta Assembleia Municipal, compareceram pessoalmente e respondendo à convocatória para a Tomada de Posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra

Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra

Reitor da Universidade de Coimbra

Procurador da República

Guarda Nacional Republicana

Comandante da Polícia Segurança Pública

Director da Polícia Judiciária

Comandante da Polícia Municipal

Centro Regional de Segurança Social

Administração Regional de Saúde

Director Municipal Desenvolvimento Social da Câmara Municipal

Coordenador Municipal da Protecção Civil

Companhia Municipal de Bombeiros Sapadores

União das Instituições Particulares de Solidariedade Social

Direcção Regional de Educação do Centro

Associação Comercial e Industrial de Coimbra
 Associação Académica de Coimbra
 Associação de Pais e Encarregados de Educação
 Delegado Regional do Centro da Direcção Geral de Reinserção Social
 Representante da UGT
 Representante da CGTP
 Manuel Correia de Oliveira
 Maria João Guardado Martins de Castelo Branco
 Carlos Alberto Pedroso Leite da Silva
 Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês
 Presidente da Junta de Freguesia de Botão
 Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Viegas
 Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz
 Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu
 Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho do Bispo
 Representante do Grupo Municipal "Por Coimbra"-António Moisés Geraldês da Silva
 Representante do Grupo Municipal Partido Socialista -José Manuel Ferreira da Silva
 Representante do Grupo Municipal Coligação Unitária Democrática -Firmino Victor

Antes de entrar no Período antes da Ordem do Dia, tomou a palavra o município Luís Fernandes:

O Sr. Luís Fernandes disse que nos primeiros dias de Abril se tinha dirigido aos serviços e que um funcionário o informou que a data da próxima Assembleia seria a 14 de Abril.

No dia 10, a funcionária estava na recepção e disse que a Assembleia não era no dia 14, devia ter havido engano, mas sim a 28, e disse que ficaria inscrito.

Hoje, vinha aqui e a funcionária Sra. D. Arménia disse-lhe que não estava inscrito e não tinha assunto sobre a minha intervenção.

Acrescentou que a mesma funcionária lhe disse que daqui para a frente devia fazer o pedido por escrito para vir falar a esta Assembleia.

Gostaria que os deputados Municipais verificassem isto. A Assembleia tem de ter regulamentos e publicitar e ainda não tinha visto nada.

Seguidamente passou a expôr o assunto que o trouxe a esta Assembleia:

"Sou comerciante da Baixa, tenho uma casa de velharias e de antiguidades.

Nos primeiros dias de Fevereiro, entrou um cliente na loja e disse-me que o acervo do Museu da Ciência e da Técnica, vai ser vendido para a sucata.

Eu conheço muito bem o acervo da Ciência e da Técnica, desloquei-me ao hospital velho porque conheço a maioria dos funcionários, e informaram-me como é que estava. Já escrevi alguns textos no jornal sobre isto.

Deparou-se-me um Museu com 7 funcionários que estavam emparteirados sem nada para fazer, quase há 2 anos, parte do acervo que estava abandonado não é totalmente verdade, há uma parte que está abandonada que está no hall, dos antigos hospitais velho, do colégio de S. Jerónimo, lá dentro a maioria do excelente acervo, que o museu tem, posso dizer que tem peças únicas, estava a ser catalogado, está muito bem tratado pelos funcionários da Ciência e da Técnica.

No dia 20 de Fevereiro houve um debate sobre cultura, no Teatro Gil Vicente, estive presente, denunciei esta situação perante o pró-reitor, Dr. Bandeirinha, na

esperança que tivesse resposta é óbvio que não tive nenhuma resposta, estava também na esperança que a comunicação social, pegasse no assunto, também não pegou.

Depois disto estive no Executivo no dia 10 de Abril, onde apelei ao Sr. Presidente da Câmara que tomasse em conta o que está em causa. O Museu da Ciência e da Técnica tem o maior acervo do País, está espalhado na Cidade, na Av. Afonso Henriques, nos Hospitais Velhos, na Rua da Ilha, na Rua dos Coutinhos, na antiga estrada de Lisboa e na Malaposta do Craqueijo. Posso dizer que tem dois carros do antigo regime, tem uma avioneta, está tudo embrulhado a apodrecer. Isto faz parte do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, tudo indica que o museu vai ser extinguido porque encerrado já está ele há quase dois anos.

A última amostra pública do museu foi acerca de 2 anos.

Tudo indica que estão à espera da machadada final que através de um decreto-lei para que o acervo (sei de fonte segura) que as melhores peças vão ser distribuídas pelo País e as restantes serão realmente, como me disseram, vendidas para a sucata.

Face a este grande acervo que o museu tem, eu pensei, o problema da Baixa não tem nada demagógico, é um problema real, a Baixa neste momento está a viver um problema catastrófico, tem cerca de 50 lojas encerradas, tem uma agência bancária encerrada, o BCP na Praça Velha, tem cerca mais de uma dúzia de casas que até ao fim do ano vão encerrar, há ordenados em atraso, tem famílias a viver mal, tanto comerciantes como empregados.

Conhecendo eu os Centros Históricos, é preciso que se faça algo para puxar gente para estes centros.

Apresentei aqui no executivo, um ante projecto que englobaria o acervo do Museu da Ciência e da Técnica, que era um centro comercial de mestres antigos de artes em extinção. Apresentei este ante projecto tenho uma cópia que podem consultar, e apelo à comunicação social pelo menos que o divulgue porque tenho esperança que outros municípios peguem nisto."

Intervenção do deputado Moisés Geraldês (Por Coimbra):

O deputado Moisés Geraldês pediu a palavra para responder à intervenção deste município dizendo o seguinte:

"Em relação à intervenção deste município quanto à forma como foi inscrito, para poder intervir na sessão desta Assembleia, e como foi referido o nome da Sra. D. Arménia, venho dizer que, e para que as pessoas saibam como isto funciona, que é nos termos do artigo nº33 do Regimento da Assembleia Municipal. Naturalmente que a Sra. D. Arménia cumpriu exactamente este artigo e a Assembleia também tem de cumprir este preceito legal."

Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara

"Hoje estou aqui com uma certa dificuldade, vou falar de uma coisa que não gosto muito, quando digo que não gosto muito, normalmente sou crítico mas hoje vou dizer bem.

Essa parte é a que mais me custa, porque é mais fácil de dizer mal, do que dizer bem!

Aquilo que vou dizer bem, é que de facto no 25 de Abril foram inauguradas algumas coisas, em St^a Clara, que eu tenho que destacar:

O Parque Verde, que está um deslumbre, além de Parque Verde que todos podem usufruir, é também já um ponto de encontro. Houve grandes espectáculos, tenho de dar também os parabéns, ao vereador do desporto, ao vereador da cultura, que teve a iniciativa de ter uma parte cultural muito interessante, desporto, e muita animação.

Um Parque Verde de alta qualidade, digo um parque, a nível universal.

Espero que todos aqueles que não conhecem que tenham tempo para usufruir de um espaço verde tão bonito e tão saudável.

Uma palavra de apreço a todos que se envolveram, para a abertura da estrada do Fórum Coimbra, que vai chegar ao Centro de Saúde de St^a Clara. Pois agora já há outro acesso para a margem direita do Mondego.

Queria também dizer, que fiquei um pouco triste, por se acabar com a sessão solene do 25 de Abril, por parte da Assembleia, dado que são poucos os deputados e presidentes de junta que estejam presentes numa data que cada vez está mais esquecida, no contexto do país em que vivemos.

Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

“O que me trás aqui são duas situações que me preocupam, nomeadamente uma delas, a Baixa de Coimbra, e concretamente a freguesia de S. Bartolomeu.

A pergunta é direccionada ao Sr. Presidente da Câmara.

Lendo as últimas notícias da Cidade de Coimbra sobre a questão do Metro Ligeiro de Superfície e as alterações que isto tem implicado nos seus traçados,

Quero dizer que conheço o projecto, ou talvez não... a pergunta era saber exactamente se está na mente do Sr. Presidente da Câmara alguma proposta de alteração ao traçado urbano do Metro Ligeiro de Superfície porque acho que efectivamente, o traçado que estava para a Baixa, era um traçado que aglutinava, era um traçado e pelas demolições que estão a ser feitas na Rua João Cabreira, passando à Rua Direita, Rua Nova, e por aí abaixo fico preocupado, quando verifico que está a começar a haver areia na roda, em relação ao Metro de Superfície.

Acho que é uma mais-valia para Coimbra, ninguém tenha dúvidas. Gostaria efectivamente de saber, enquanto autarca, como está a situação, porque primeiramente o Metro passava junto à Junta de Freguesia, não só por essa razão mas, porque de facto é necessário este equipamento, é uma preocupação.

A segunda preocupação tem a ver com uma aprovação, (penso por unanimidade) que tem a ver com a instalação das Câmaras de Vídeo de Vigilância da Baixa.

Toda a gente vem aqui, já não é o primeiro comerciante que vem expôr as suas preocupações, quanto ao resto não vou mais longe porque já sei qual é a posição da Junta de Freguesia, em relação ao comércio. O comércio tem associações patronais, associações sindicais, e pouco ou nada se ouve falar dessas associações em defesa do comércio tradicional, dos trabalhadores e dos empresários. Tem havido um indivíduo que é de S. Bartolomeu, de uma pequena freguesia, que de vez vem aqui com mais preocupações do que de facto as associações que deviam ter mais responsabilidades exactamente na sequência que disse o comerciante Luís, e bem, na defesa do comércio tradicional, dos comerciantes e dos trabalhadores.

Mas dizer-vos que efectivamente em relação às câmaras de vídeo-vigilância a nossa discordância é total. Penso que estamos a fazer aqui um número de flores, como ao Parque Verde da Margem Esquerda que foi agora aberto.

Disse ao Sr. Comandante da Polícia, inclusive, as deslocações que nós Junta de Freguesia, porque estamos no terreno, e conhecemos aonde há o pequeno crime, sabemos onde ele existe, não é nas ruas Ferreira Borges nem na Visconde Luz, porque raramente aí acontece. Só um indivíduo distraído é que assalta nessas ruas, mas sim no miolo da Baixa de facto é que é preocupante.

Queria fazer aqui um apelo público ao Sr. Presidente da Câmara, no sentido de rever a aprovação que teve por unanimidade, das dezassete câmaras de vídeo vigilância. Que as câmaras a serem colocadas, que não sejam em locais que não necessitam dessa vigilância, mas efectivamente nos locais mais perigosos da Baixa de Coimbra.”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

“A minha intervenção hoje, na véspera do 1º de Maio, é uma intervenção diferente das que tenho vindo a fazer e o pretexto é justamente essa comemoração. Queria trazer à vossa reflexão algumas notas sobre esta questão.

"Há precisamente 124 anos atrás a Federação Americana do Trabalho mobilizava os operários norte-americanos em grandiosas acções de massas, com greves e manifestações na luta pela redução da jornada de trabalho diário para 8h. Os operários levantavam a bandeira dos 8x8x8, reivindicando 8h de trabalho diário, 8h para a família, o lazer e o estudo e 8h para dormir e descansar. A história é conhecida. Provocadores, a soldo dos patrões, infiltraram-se entre os operários que se manifestavam em Chicago. A polícia carregou fazendo vítimas entre os manifestantes. Uma bomba foi lançada e matou um polícia, originando a prisão de sete dirigentes do movimento sindical e a condenação à morte de quatro deles, acusados de estarem implicados no atentado. Os chamados “Mártires de Chicago” mais não foram do que o pretexto que os patrões necessitavam para procurar desmantelar o movimento sindical. Sete anos mais tarde o governador de Chicago reconheceria a inocência dos condenados.

A luta não esmoreceu e, um pouco por todo o mundo, os trabalhadores organizaram-se e lutaram pelo direito de associação sindical, pelo direito à greve, pela redução da jornada de trabalho, pelo direito ao descanso semanal, pelo aumento da idade mínima de entrada no mercado de trabalho, por melhores salários e condições de trabalho.

Fruto da luta de milhões de trabalhadores e do sacrifício da própria vida de muitos, a legislação laboral fez progressos no sentido de uma maior humanização das condições de trabalho. Até o capital se apercebeu que seria necessário procurar soluções mais aceitáveis e pacificadoras dos conflitos entre o capital e o trabalho. A própria Igreja se sentiu obrigada a intervir, com a encíclica de Leão XIII “*Rerum Novarum*”(1891), que lançou as bases do sindicalismo cristão, defendendo a necessidade de limitar o trabalho infantil e feminino, a protecção aos pobres e indigentes, a atribuição de um salário justo e simultaneamente condenando as greves e as ideias socialistas, que então cresciam como imparável maré.

Na Alemanha de Bismark dão-se os primeiros passos no sentido da protecção social. Temendo o avanço e influência dos socialistas, são criados os seguros obrigatórios contra os acidentes de trabalho e de protecção à velhice.

Já nos inícios do séc.XX a Inglaterra e a França seguem-lhe o exemplo, vencendo a sua forte tradição liberal que era profundamente adversa a toda e qualquer interferência do Estado na regulamentação do trabalho. O patronato era

visceralmente hostil, não só a estas medidas sociais, como também a toda e qualquer tentativa de regulamentação da contratação e duração do trabalho, que considerava lesiva dos interesses privados e da empresa.

Em Portugal, a República desde cedo se preocupou em implementar políticas sociais de apoio e protecção aos trabalhadores. Em 1911 é introduzido o descanso obrigatório ao domingo. A jornada de trabalho diário de um operário que chegava a atingir entre as 12h e as 14h, viria, em 1915, a ser reduzida, 7h para os trabalhadores de escritório e bancários; 8 a 10h para operários de fábricas e oficinas e 10h para empregados de lojas.

Graças a um movimento operário e sindical em crescendo de organização, combatividade e poder reivindicativo, o governo da República instituiu em 1919 a obrigatoriedade das 8h diárias de trabalho para o operariado e empregados de comércio, a semana de 48h. Foi também nesse ano que se estabeleceu a obrigatoriedade dos seguros contra acidentes de trabalho, de doença, invalidez, velhice e sobrevivência.

À medida que caminhamos para o século XX anuncia-se, ainda que em embrião, o que virá a constituir o Estado-Providência. O Estado burguês percebe que é a melhor forma de remediar as tensões sociais que se avolumavam de forma imparável e perigosa, alimentando a influência socialista e revolucionária.

Hoje, em Portugal, 122 anos passados sobre as grandes movimentações dos operários norte-americanos pela redução da jornada de trabalho para as 8h, grande parte dos problemas e razões para a luta dos trabalhadores mantêm-se no essencial os mesmos, embora em contextos socioeconómicos, culturais e políticos bem diferentes.

Em nome da globalização neoliberal, dos imperativos do crescimento e da competitividade, paulatinamente, todas as conquistas sócio-laborais alcançadas ao longo de mais de um século de lutas, são hoje postas em causa.

O direito ao trabalho é pura e simplesmente erradicado, dando lugar ao conceito de empregabilidade, colocando no trabalhador o ónus da culpa do desemprego. Os *opinion-makers* do sistema, fortemente ancorados nos seus empregos e principescamente pagos proclamam o fim do emprego para a vida e a necessidade de flexibilizar os despedimentos. Em nome da concorrência e da produtividade aumentam-se os horários de trabalho, fazendo-nos regressar ao século XIX, em que a jornada de trabalho chegava às 14h.

Com o argumento da competitividade e da fraca produtividade do trabalho, mantêm-se salários de miséria. Ao mesmo tempo que um quinto da população vive em grande pobreza aumentam de forma fabulosa os lucros das grandes empresas e dos bancos, e não é à custa da produtividade dos seus gestores, dos mais bem pagos da Europa e do Mundo.

Os sindicatos são apelidados de factores de bloqueio. Como forma de os debilitar e de enfraquecer a força organizada dos trabalhadores procura-se esvaziar a contratação colectiva e multiplicar por todo o lado os contratos individuais de trabalho.

Cresce e generaliza-se a precariedade do trabalho, de que somos vice-campeões europeus. Impera a exploração das empresas de trabalho temporário, o abuso dos contratos a prazo e os recibos verdes, sem direito a descanso ou férias, de que o

próprio Estado é o primeiro infractor. Em sede de revisão do Código laboral, o governo, procura legalizar os recibos verdes, aumentando a precariedade.

Mais de 45 mil jovens licenciados esperam e desesperam por uma oportunidade que, muitas vezes, se vêem obrigados a procurar no estrangeiro.

Explora-se o trabalho ilegal e clandestino da mão-de-obra imigrante. Não há-de tardar muito para que, em nome da crise e da falta de produtividade, se venham a pôr em causa os subsídios de Férias e de Natal.

Por tudo isto e muito mais, o 1.º de Maio como dia de mobilização e luta reivindicativa dos trabalhadores de todo o Mundo mantém toda a sua actualidade. Quer seja a luta por melhores condições de trabalho e salários mais justos, ou a luta contra o trabalho precário e a flexibilidade selvagem dos horários de trabalho que não deixam tempo para as necessidades de lazer, de estudo e da vida familiar, transformando-nos em escravos do trabalho.

Por tudo isto, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, propõe a esta Assembleia a seguinte Moção:

Saudação ao 1.º de Maio – Dia Internacional do trabalhador

As actuais políticas do Governo têm vindo a colocar em causa a própria essência do Estado Social. Em nome da obsessão pelo défice, são impostos aos trabalhadores pesados sacrifícios. Aumentam-se os impostos, controlam-se os aumentos dos salários pelo mínimo, ou pura e simplesmente se congelam, como acontece, nomeadamente, com os professores. Mantêm-se pensões de miséria. Cresce a precariedade do trabalho e o desemprego desprotegido, e com ele cresce também a pobreza e a exclusão social. Como não bastasse, o governo corta a torto e a direito nas políticas de protecção social no desemprego e dificulta cada vez mais o acesso à Segurança Social e aos cuidados de saúde, não só instituindo taxas moderadoras, como encerrando serviços de proximidade do Serviço Nacional de Saúde. A Escola Pública e os Professores são atacados, como nunca, servindo de bode expiatório para o insucesso de sucessivos governos, no que à educação e ensino diz respeito.

Não bastando os enormes sacrifícios impostos à generalidade dos trabalhadores, em nome do combate ao défice, anuncia-se já nova ofensiva aos direitos dos trabalhadores em nome da sacrossanta competitividade e flexibilidade do trabalho. O Código de Trabalho em gestação avançada confronta os trabalhadores com a liberalização dos despedimentos, agora em modelo *simplex*, com a facilitação do despedimento colectivo, alargando os motivos da sua causa, ou com a manutenção do trabalho precário e, pior ainda, a legalização dos recibos verdes, a que se junta a caducidade das convenções colectivas e a generalização da contratualização individual do trabalho.

Neste quadro, comemorar o 1.º de Maio é colocar no centro da luta a exigência de políticas de ruptura com as políticas liberais plasmadas no Código de Trabalho, os aumentos intercalares dos salários e de pensões tendo em conta o crescimento da inflação e de regularização de todos os precários da administração pública central e local, integrando-os nos quadros.

Assim, a Assembleia Municipal de Coimbra, decide saudar todos os trabalhadores e suas organizações representativas que neste 1.º de Maio sairão por todo o país à rua, levantando as bandeiras reivindicativas da luta pelo

direito ao trabalho, à segurança e protecção social, ao bem-estar e ao progresso social."

Intervenção do deputado municipal Serpa Oliva (Por Coimbra):

"Venho falar do Fiscal do Novo Pediátrico é demolidor para as obras.

Queria perguntar à Comissão, que nomeamos aqui, se tem alguma resposta efectiva sobre o que se passa com o Pediátrico.

Li no Campeão das Províncias, que, desde trocaram o cimento que, ao que parece não é cimento, dos tijolos que não são tijolos, das camas que eram inicialmente 277 que estão reduzidas a 71 (1/5 do que era previsto)...

Fico perplexo com esta notícia.

Para além de, acredito que o Campeão das Províncias o faça com toda a certeza) a argamassa que nem o fornecedor garantias faça a utilização, betonagem feita num dia e descofragem lateral executada no dia seguinte, tijolos de qualidade inferior e aplicados por molhar, uso de pré-aros de portas em madeira alegadamente atingida pelo fogo, e supressão de trabalhos com pagamento ao empreiteiro.... chega ao ponto de dizer que isto já vai com 39% a mais de escorregar, que nem sequer é igual ao pediátrico que nós todos tínhamos idealizado, inicialmente.

Só queria aqui pedir à Comissão, se para a próxima Assembleia, ou então se nos facultem a nós deputados, uma visita ao Pediátrico ou a quem neste momento dirige a obra, que o fiscal do Novo Pediátrico, o Eng.º Varandas, que possamos ter uma conversa com ele ou saber realmente o que é que se passa. Para mim como médico é uma grande preocupação. Peço que vejam o que se passa sobre o Pediátrico."

Intervenção do deputado municipal Carlos Cidade (PS):

"Subscrevendo em certa medida as declarações feitas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Stª Clara, não quero deixar de fazer um reparo ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, porque estranhamente as comemorações do 25 de Abril, que deveriam ter uma sessão solene, com a dignidade possível, neste Salão Nobre, estranhamente não foi convocada pelo Presidente da Assembleia Municipal.

Fomos confrontados na ante véspera do 25 de Abril, com um convite que se nota feito à pressa pelo Sr. Presidente da Câmara, para que convocou os deputados da Assembleia Municipal para vir aqui à sessão solene.

As sessões solenes são aquilo que os organizadores querem que sejam, porque se querem que elas sejam assim, elas tem sido assim e são a realidade, mas se querem que elas sejam de maneiras diferentes elas serão concerteza de maneiras diferentes, e com a dignidade que o 25 de Abril merece e com a dignidade que Coimbra deve colocar em relação às comemorações do 25 de Abril. Mas a situação que está criada fica com quem as organiza, ao facto de, nem sequer colocar aquilo que se passou no Parque Verde, no programa era tão simples quanto isso, já dignificava um pouco mais o convite que o Sr. Presidente da Câmara na ante véspera enviou, à pressa, a todos os deputados.

Sem dúvida que hoje Coimbra pode-se gabar e subscrevo integralmente aquilo que o Presidente da Junta de Freguesia de Stª Clara referiu em relação às duas margens do Mondego. É bom que os meus amigos reconheçam finalmente isso, é bom porque isto só foi possível porque a Câmara e o Governo há época se

decidiram avançar para este processo. Ainda bem que chegaram a este ponto, ainda bem que gostam! porque de facto quem entra hoje na Cidade de Coimbra, pode-se orgulhar daquele espaço que ali existe, e todos, todos trabalharam para isso inclusive quem hoje é o Primeiro Ministro de Portugal que tem orgulho de chegar a Coimbra, já o referiu e ver aquelas margens do Mondego. É bom que não esqueçamos isso, porque houve na altura quem quisesse que isso não acontecesse e está aqui presente! É bom que tenham chegado a essa conclusão, porque nós há muito há muito que tivemos a visão para avançar com as margens do Parque Verde.

Em relação ao acesso do Centro de Saúde, tive a oportunidade de pegar na minha viatura, e percorrer por volta das 16 horas o acesso ao Centro de Saúde de St^a Clara, e sem dúvida que está ali um bom acesso para os automóveis, mas esqueceram-se das pessoas que ali moram. Vi pessoas com carrinhos de bebê, no meio da estrada, quem vai do Fórum para o Centro de Saúde não há um passeio, aliás não se pode ir na berma da estrada porque não há terra batida, há um lancil e um fosso. Esta é a realidade, acho bem que se abriu, agora façam as coisa com condições, é bom escoar os automóveis, mas também é bom pensarem nas pessoas que ali vivem, entre o Fórum e o Centro de Saúde. De facto, não tem condições de segurança, aquilo que o Sr. Presidente tem de salvaguardar as cidadãos de Coimbra.

Outra questão é em relação ao Metro, o meu colega de bancada e Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu colocou em relação ao traçado urbano. Não quero entrar em polémica, só quero pedir a esta Assembleia Municipal, e dirijo-me ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que numa sessão extraordinária específica para o efeito, ou numa sessão ordinária como se fez em relação aos Hospitais da Universidade de Coimbra, venha aqui o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Metro-Mondego SA, esclarecer integralmente o que se passa com a questão do traçado urbano do Metro-Mondego. É essencial, que sejamos esclarecidos e não “sejamos esclarecidos” por aquilo que vem nos jornais, muitas as vezes não sabemos bem, o que é que está por detrás de algumas das situações que foram colocadas em cima da mesa. O facto, é que vamos ter o Metro como o Governo prometeu em relação ao que estava previsto, mas em relação aquilo que é essencial para a Cidade, a coisa está como está. É uma proposta que faço ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, que, ou numa sessão extraordinária com o Presidente do Conselho da Administração da Metro-Mondego SA, ou no início de uma sessão ordinária, uma hora para um esclarecimento cabal desta situação.

Agora dirijo-me ao Sr. Presidente da Câmara, sobre um assunto que já foi tratado na Câmara Municipal de Coimbra, numa reunião do executivo, mas os resultados práticos disso não se sabem quais são, e porque parece a Câmara está metida numa ilegalidade que a única coisa que quero é que essa ilegalidade seja reparada.

Estou-me a referir à nomeação do novo Comandante da Polícia Municipal de Coimbra, que terá sido feito sem procedimento concursal e ao arrepio da actual legislação.

A nomeação terá sido feita em regime de requisição, com efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2008, e passa a desfrutar o Comandante da equiparação a director de departamento, sem para isso ter o mínimo de condições. O Decreto-Lei nº39/2000, previu que oficiais e demais graduados das forças de segurança pudessem desempenhar funções de enquadramento compatíveis nas Polícias Municipais, em regime de destacamento, cuja concretização carece de autorização do membro do Governo, do Ministro de Administração Interna. Ao proceder a esta nomeação o Sr. Presidente da Câmara considerou que o recrutamento e a selecção para o cargo de comandante poderia ser efectuado através de um regime de provimento dos cargos de dirigentes, ou por recurso à escolha de oficiais ou graduados das forças de segurança. O regime de requisição, pressupõe o exercício de funções a título transitório, cabendo à autarquia pagar ao nomeado e sob a figura de destacamento ele é remunerado pelo organismo de que é oriundo.

Na Câmara Municipal, a vereadora eleita pelo o partido socialista, Fernanda Maçãs, considerou que o regulamento de organização e funcionamento da Policia Municipal de Coimbra, viola a Lei habilitante, se calhar nós aqui aprovamos mal esse regulamento municipal, diz a Sra. vereadora que a nomeação e comissão de serviço com fundamento em requisição, é ilegal. Enquanto o D.L.39/2000, contempla a figura do destacamento o referido regulamento alude ao regime de requisição.

Sr. Presidente a questão é muito simples, que medidas é que pretende o Sr. Presidente tomar para repôr a legalidade? Ou então, se considera que de facto não há ilegalidade nenhuma. Mas a nada ser feito, por parte do Sr. Presidente da Câmara, fica já declarado que da nossa parte vamos tomar as medidas legais que se exigem para repôr a legalidade na Câmara Municipal de Coimbra.

Por último, esta Assembleia Municipal, criou um grupo, composto por um elemento de cada grupo municipal, que elaborou uma proposta à Câmara Municipal de Coimbra, que fez a entrega pessoal ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de preparar as comemorações dos 50 Anos da passagem do General Humberto Delgado por Coimbra, que se comemoram no próximo dia 31 de Maio. Não dúvida que a Câmara esteja a trabalhar intensamente neste programa que a Assembleia Municipal preparou com todo o cuidado, com toda a humildade, e com toda a solidariedade entre os Grupos Municipais, fizemos todo o trabalho para a Câmara poder desenvolver este conjunto de iniciativas, creio que a Câmara deverá estar a trabalhar, creio que é muito tarde para que algumas das iniciativas que propusemos ainda não tenham vindo a público. Queríamos também um esclarecimento cabal sobre esta matéria, Coimbra não pode esquecer o passado, e um passado que deve ser relevado.

Intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia

“Queria dar um esclarecimento em relação ao dia 25 de Abril, quem costuma fazer a convocatória é o Sr. Presidente da Câmara, a Assembleia limita-se a perguntar aos grupos municipais se estão empenhados em colaborar e naturalmente terem um tempo de palavra, como é costume.

Devo dizer com toda a clareza, não é por de facto ser eu, acho honroso o que disse o deputado Carlos Cidade, mas de facto, não era por ser eu a convocar,

mas sim o Sr. Presidente da Câmara que vinha mais gente, tenho a clara noção disso, não é isso que altera.

Queria também dizer com toda a clareza o seguinte:

Acho mal, é que haja cerimónias em que estejam 20 ou 30 pessoas, porque se formos ver na população portuguesa estão a favor do 25 de Abril 95 ou 99% dos portugueses, é péssimo que uma coisa que tem a adesão do povo todo tenha aqui 10 ou 20. Portanto, aí a culpa é de todos nós se cada grupo aqui presente a começar pelo meu trouxesse cá 50 pessoas, a sala estava cheia, não trazem ninguém. Acho que o “25 de Abril” merecia que nós nos empenhássemos e trouxéssemos gente.”

Intervenção da deputada municipal Maria Reina (Indep):

A deputada Maria Reina usou a sua intervenção para dizer o seguinte:

“Subscrovo aquilo que foi dito pelo PS. Efectivamente, às vezes arrependemo-nos de não tomar e não acreditar nalguns projectos. Só espero e lamento é que alguns espaços verdes desta Cidade que precisam de tanta intervenção não tenham o mesmo tratamento por parte das entidades responsáveis na Câmara Municipal, ou esperemos que venham outros “Polis” mais alargados, ou então que não tenham que ser as associações de moradores a unirem-se e a colocarem no terreno aquilo que é a obrigação do Município.

Por último, quero dizer e não vou, e lamento imenso que não esteja aqui o Sr. cidadão, Dr. Carlos de Encarnação e passo a explicar porquê:

hoje não vou colocar nenhuma questão ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, porque nós efectivamente não temos aqui o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra no exercício das suas funções. O que nós temos assistido nos últimos tempos, tem sido ao Dr. Carlos da Encarnação, ilustre cidadão desta cidade, que vem aqui, senta-se, na cadeira do Presidente da Câmara mas não cumpre nenhuma das obrigações que um Presidente Câmara tem para com esta Assembleia Municipal. E por isso, lhe dizia que se calhar estamos a assistir a alguém que quer falar para o povo, e por isso também se ri quando alguém fala como foi a sua intervenção, deputado Carlos Cidade. A realidade é que nós não temos informação escrita da Câmara Municipal de Coimbra, a realidade que nós temos é uma série de questões que são colocadas consecutivamente nesta Assembleia pelos deputados municipais, por acaso um órgão que não depende da Câmara Municipal, bem pelo contrário, que é um órgão fiscalizador da Câmara Municipal e não obtemos resposta.

Um dia, não obtemos resposta porque era o aniversário de casamento; no outro dia, não obtemos resposta porque efectivamente não quer maçar os Srs. deputados municipais; no outro dia, contornamos as respostas; outro dia, nem sequer respondemos para não terminar muito tarde a sessão, e o que acontece é que não vale a pena colocar aqui questões a alguém que não está no exercício do seu mandato.

E aqui refiro o que é que vou fazer, porque não voltarei a colocar nenhuma questão a um cidadão de Coimbra, não seria justo que o estivesse a fazer, e não reconheço que o Sr. Dr. Carlos da Encarnação aqui exerça a função de Presidente da Câmara pelo que acabei de expôr.

Gostaria de chamar a atenção em duas vertentes:

A primeira, não aos meus antigos colegas da bancada “Por Coimbra”, nessa altura sim, maioria, porque hoje não é maioria, lamento dizer. Quem está nas

outras bancadas e que quer chegar obviamente ao poder da Câmara, quem está nas outras bancadas e que não compactua, nem aceita a forma desrespeitosa pouco democrática como é conduzida esta Assembleia Municipal por parte do Sr. Presidente da Câmara que se senta nessa qualidade mas que não exerce essa função compete-lhes aos Srs. porque tem partidos políticos que o podem fazer, de denunciar esta situação. Os munícipes de Coimbra têm a obrigação de conhecer a forma como este Órgão eleito, independente da Câmara, por isso é que se vota em dois órgãos, para isso é que nós nos apresentamos em duas eleições, por isso é que muitas vezes como aconteceu com a câmara de Lisboa, caí a Câmara e não caí a Assembleia Municipal, tem a obrigação de dizer aos munícipes para que eles nas próximas eleições conheçam quais são os valores da democracia que alguns nos querem apresentar. Tratam-nos aqui como se viéssemos apenas votar conforme lhes convém, por parte do Sr. Presidente da Câmara que não exerce essas funções.

E digo também à comunicação social, pela qual tenho respeito máximo, sei que as linhas editoriais nem sempre correspondem aquilo que vocês desejam como intervenção. Sei, obviamente, que fazem o melhor, sem colocar nomes não precisam de dizer quem denunciam as situações, mas podem no entanto, porque têm essa obrigação de denunciar o que acontece nestas Assembleias Municipais. O vosso papel de informação para o Município é importantíssimo. E refiro mais, refiro que o vosso papel é histórico, por isso, tantas vezes as revoluções, as mudanças nasceram com a comunicação social, pensem só na obrigação que têm, às vezes com aqueles que são jornalistas ou que são verdadeiramente jornalistas, e não aqueles que passam a assessores.

Isso quer dizer que neste momento, o que vou apresentar é conforme me confere o direito, um requerimento ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, para que, por escrito, me seja respondido a quatro pontos que acho fundamentais:

Requerimento

Maria Reina Martín Ferreira Pimpão, membro desta Assembleia eleita nas listas do CDS/PP-PPD/PSD7PPM e exercendo o seu mandato na qualidade de Independente, vem nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, art.º53.º, n.º1, alínea f), art.º46-A.º, n.º 1, alínea e), art.º54, n.º 1, alínea j), art.º68.º, n.º 1, alínea u), e do regimento solicitar que seja informada do seguinte:

- Carta Educativa: Custos inerentes à reformulação da mesma.
- Desafectação de terreno do domínio público municipal – Parcela de Terreno na Lomba do Chão do Bispo – assunto submetido à Assembleia Municipal em 28 de Dezembro de 2005, retirado então para posterior análise.
- Prazo previsto para cumprimento da Proposta de Recomendação “Coimbra Aberta à População”, aprovada com 38 votos a favor e 17 abstenções.
- Processo EuroStadium. Importa saber se no momento da deliberação por parte do Executivo, existia ou não, algum parecer jurídico que sustentasse e confortasse a deliberação tomada?

E se esse parecer é interno, ou externo?

Fundamenta a sua pretensão, no facto de as presentes questões já terem sido colocadas em várias Assembleias Municipais ao Digníssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e as mesmas não terem tido respondidas, como está previsto no Regimento desta Assembleia, art. n.º 2, n.º 29 e n.º 38.

Ficando a aguardar,
Apresento os meus respeitosos cumprimentos.”

Seguidamente a deputada Municipal apresentou a seguinte moção:

Voto de Pesar

“A Deputada Municipal do CDS/PP, no exercício do mandato como independente, propõem a esta Assembleia Municipal, que se registre um voto de pesar, pela morte, no passado dia 20 de Março do General Galvão de Melo.

Carlos Galvão de Melo, um homem com espírito independente, sem medo de polémicas, e sempre com um forte sentido de patriotismo e lealdade, lutando fortemente pelas ideias em que acreditava.

Foi deputado independente, pelo CDS, e candidato independente à Presidência da República em 1980.

Em nome de todos os que nos irmanamos na luta pela Democracia e pela Liberdade em Portugal, lembremos um dos nomes que sem medos, fiel aos seus ideais, contribuiu para a construção deste Portugal Democrático.”

Intervenção do deputado municipal Luís Santarino (PS):

“Em tempo útil, o Partido Socialista por minha intervenção, informou esta Assembleia, que iríamos solicitar à CIMPOR uma visita para que de uma vez por todas, todos soubéssemos a realidade e o estado da co-incineração.

Ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Partido Socialista dirigiu um convite, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal nunca respondeu a esse convite, e mais o Partido Socialista endereçou também na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o convite a todas as bancadas, o Bloco de Esquerda não compareceu, a Coligação “Por Coimbra” não compareceu só a CDU compareceu fazendo-se representar pelo Sr. deputado Pinto Ângelo.

Não acho de bom tom de uma Assembleia, pode-se não quer ir pode-se não se desejar ir visitar a Cimpor e ver o que se está lá a fazer, mas pelo menos ter a dignidade de dizer que não se vai.

Nós percebemos porque é que a Coligação “Por Coimbra”, e porque o Bloco não quis estar presente nessa visita, porque se calhar poderiam ser alucinados de tal forma que já não poderem estar tantas vezes de forma tão veemente ser contra a co-incineração em Coimbra.

Quando hoje já se visita o Parque Verde do Mondego, quando todos dizem que é um obra extraordinária, nós lembramos há uns anos a esta parte, o escândalo que foi, retirar as laranjeiras e umas tendas que lá estavam, para se fazer o Parque Verde.

Soubemos de forma ex-câmara municipal que nessa altura os destinos da nossa Cidade, e até o Ministro do Ambiente José Sócrates, hoje Primeiro Ministro, os hépites que foi alvo por fazer e por querer fazer, e desejar fazer e estar feito o Parque Verde do Mondego.

Faço minhas as palavras do Presidente da Junta de St^a Clara. Felizmente que houve teimosia, teve teimosia do antigo ministro do ambiente, e houve teimosia do antigo Presidente da Câmara, Manuel Machado. Ainda bem que foram teimosos, porque apareceu uma obra feita, que todos nos podemos orgulhar.

Mas, mesmo ao lado do Parque Verde, não nos podemos orgulhar daquela quantidade de prédios inacabados, daquela quantidade de botão que dão um mau aspecto quando se entra na nossa Cidade.

Mas, voltando àquilo que me aqui trouxe, dizendo que já fomos, foi só uma vez, mas gostaria de ter ido mais, já muita gente desta Assembleia já foi a Macau, há muita gente desta Assembleia que já esteve hospedada nos hotéis da Taipa, o senhor Presidente inclusivé que esteve em Macau, e que naturalmente poderá ter sofrido das vicissitudes dos problemas da co-inceneração, porque a poucas centenas de metros, existe uma incenadora, e como tal poderá, existir algum problema com as gentes de Macau. Que não se sabe, mas curioso e por curiosidade, das curiosidades quando se falou da co-inceneração em Coimbra, logo de imediato, acabou-se com a co-inceneração dos Hospitais da Universidade de Coimbra, que lembro a Eurolab pagava a cem contos a tonelada para incenerar aqueles resíduos perigosos. E na mesma altura que se falava da co-inceneração em Souselas de imediato, também a encenadora do Hospital deixou de trabalhar. Mas até hoje não vi ninguém e nós passamos lá todos, uns vivem mais perto e outros mais longe, mas nunca nenhum de nós, foi fazer exames para saber se o ar que estava a respirar se era mau se era bom para a nossa saúde, mas a mim não me compete defender a co-inceneração enquanto tal, a mim compete-me enquanto cidadão desta Cidade de estar informado daquilo que é a Cimpor e da forma como faz a co-inceneração. Na Europa ,diz-se que não há razão para temores. A co-inceneração, contrariamente á inceneração dedicada produz e evita menos CO2, as medições são feitas por laboratórios autorizados, a monitorização é toda ela independente, se os valores ultrapassarem os limites ou se aproximarem do limite todo o processo pára. O processo tem quatro postos de monitorização da qualidade do ar; voluntariamente fizeram, construíram, há controle da rádio actividade, o técnico que trabalha com o software, só pode introduzir o que o sistema informático autoriza, nada mais; há validação por entidades externas de todo o software. A Europa, quando teve graves problemas com os resíduos industriais perigosos, pediu às cimenteiras ajuda para os eliminar. Os aterros, não estão preparados, para receber estes resíduos perigosos. Há que ter um cuidado, todos nós que somos da época digital das maquinas fotográficas da era digital e que todos as usamos, os reveladores das fotografias, são perigosos, se calhar algum dia vamos estar sujeitos a chegar a casa e com luvas teremos de deitar todas as fotografias fora, porque elas estão impregnadas e nós podemos obter gravíssimas doenças.

Porque o Partido Socialista nunca disse que a co-inceneração era boa, mas não pomos de parte, que pode ser um processo, o que o PS sempre disse, e continua a reafirmar, é que, logo que seja, objectivamente demonstrado o que não está até hoje, que o processo é um processo perigoso para as populações, e não é só para a população de Souselas e mais perto, o PS de imediato condenará e não praticará esse processo.

As vezes, quando as pessoas e as organizações, condenam logo à partida tudo o que é evolutivo, tudo o que é evolução, faz-me lembrar em tempos que já lá vão, aquele que defendia, contra a revolução industrial, defendia sempre mais a agricultura, sem ligar nenhuma importância ao futuro dos cidadãos. Por isso, é que passados muitos anos, estávamos na cauda da Europa.

Por último, passando esta questão da visita que foi feita, eu, não posso estar menos de acordo, com o meu caro amigo Serafim, relativamente ao 1º de Maio, e aquilo que ele diz do governo de Portugal. A mínima razoabilidade, entendemos todos nós, que nesta fase da história em que hoje toda a gente diz que o défice e não deve haver preocupação com o défice. Lembro-me que há poucos anos, um economista João César das Neves conselheiro do antigo Primeiro Ministro e hoje Presidente da República, dizia que o “défice, o que é isso do défice”, porque é que se fala nisso, e passados uns anos o défice estava a 7%, e a Europa impunha rigor a Portugal por causa do défice.

A Coligação “Por Coimbra” sabe disso também como o Partido Socialista sabe hoje.

Naturalmente irá votar contra esta proposta do Bloco de Esquerda, assim como nós, porque ao chagar ao poder apercebeu-se que o défice era importante diminuí-lo em Portugal, porque não era só uma questão portuguesa, era também uma questão de credibilidade que nós tínhamos a nível da Europa. Também por isso, e porque entendemos que é um trabalho que se está a fazer para o futuro, ainda que alguns não percebam o presente, eu também votarei contra a proposta do Bloco de Esquerda.”

Intervenção do Presidente da Assembleia:

“Aproveito esta oportunidade; não falaria no assunto mas já que o sr. deputado Luís Santarino falou da questão da visita à Cimpor, eu vou informar que não falei com ninguém, sugerindo que não fossem. As instruções dadas como é sabido veio para o secretariado informar as pessoas transmitindo o convite.

Não fui por duas razões, que vou dizer claramente:

A primeira, penso que não é por mim, eu iria com qualquer um dos presentes, simplesmente penso que um convite deveria ser feito ao Presidente da Assembleia Municipal pela Cimpor, e não por esta maneira, a empresa é que deveria convidar. A Assembleia Municipal existe, Coimbra é uma terra que existe, e portanto uma entidade como a Cimpor poderia convidar, e não o fez, tive a aguardar, mas não disse nada a ninguém.

A outra razão que devo dizer muito substancialmente e claramente, eu não vejo que o Engenheiro da Cimpor fosse dizer que aquilo faria mal, porque esse Eng.º era posto fora no dia seguinte, eu vou ouvir o Prof. Massano Cardoso, agora não é um funcionário da empresa que tem ali milhões de contos de lucro, (que tenho isso publicado em livro), porque são milhões de contos em lucro, não vou prestar-me a fazer isso a ouvir uma pessoa da Cimpor a dizer que não faz mal.

Depois só mais dois argumentos, eu acreditaria nisso designadamente se fosse em Alverca. Numa conversa ouvida pelo Dr. Manuel Machado e pelo Dr. Fausto Correia, cuja memória quero invocar, quando era Ministro o Eng.º Sócrates, em que, enfim a coisa não correu bem, quando foi aberto o Convento de S. Francisco para certos inventos, acabamos mal a conversa porque eu disse: “se não faz mal porque é que não vai para Alverca” onde ele respondeu que a essa pergunta não respondo, porque não foi para lá porque a Presidente da Câmara “Rosinha” disse ao Eng.º Guterres que se fosse para lá que ela de demitiria no próprio dia, e por isso é que veio para Coimbra. Isto é a verdade histórica! Portanto, e depois dizer que pouco acrescenta, não é dizer em vez de, se me disse-se que aquilo pouco acrescenta a fazer mal em relação aos carros e tudo aquilo, mas não é, em vez de é a mais. Porque é que somos nós em Coimbra,

quando 60% destes resíduos industriais perigosos são da zona de Lisboa porque é que vêm os camiões até aqui andar 200Km. Um dia que me expliquem porque não é em Alverca e é cá, nessa altura poderei aceitar. Nunca aceitarei, porque tenho que cuidar da saúde dos meus familiares, dos meus descendentes e tudo isso. É inaceitável, é um ultraje a Coimbra eu não mudei de opinião, nem nunca mudarei.

Compreendo a iniciativa, foi uma iniciativa gentil, não falei a ninguém do meu grupo sugerindo que não fosse, a ninguém mas era esta a nota que eu teria de deixar aqui com toda a clareza.”

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

“Cabe-me dizer antes demais, uma explicação, ao deputado Luís Santarino, deverá compreender que os deputados do Bloco de Esquerda, como provavelmente a generalidade de muitos outros trabalham, não têm a disponibilidade, ainda por cima somos professores, no entanto agora com a vossa Ministra da Educação, nós nem por doença podemos faltar, quanto mais agora para ir fazer visitas.

Devo dizer que não foi essa a questão central, o deputado Luís Santarino apresentou-se aqui como provedor da Cimpor e defensor da co-inceneração, cada um assume as posturas que quiser e está dentro da sua liberdade fazê-lo. Mas depois é preciso dizer que o Bloco de Esquerda não foi, além da indisponibilidade, porque não está disponível para dar cobertura a manobras de marketing publicitário de uma empresa que não tem o mínimo de transparência, e se tivesse essas intenções de transparência publicava e tornava público a própria monitorização do próprio funcionamento ainda sem co-inceneração. Aliás, os dados sobre, ainda sem co-inceneração sobre Souselas são arrepiantes, em Souselas tinha um índice de poluição mais graves das cimenteiras da Europa.

Não sei onde o deputado Luís Santarino e os defensores da co-inceneração vão buscar os estudos pela Europa fora, que está tudo a co-incinerar, porque acho que não lermos os mesmos documentos. Não nos venham acenar com filtros de mangas, que apenas limitam mais as poeiras, mas não filtram os furanos e as dioxinas que são altamente tóxicas e que são os principais motivos de preocupação para os cidadãos.

Devo dizer mais, que, não pode deitar às ortigas o estudo que, não foi do Bloco de Esquerda nem de nenhuma oposição, onde a própria Administração Regional de Saúde que tornou evidente que a incidência a percentagem de incidência de patologia temporais, endocrinas, respiratórias, é muito superior em Souselas, ainda sem co-inceneração do que no resto do país. Não deve ser por causa da Cooperativa de Souselas, a causa provavelmente tem haver com 30 anos de uma cimenteira que trouxe efectivamente os maiores prejuízos para a saúde da população da localidade e arredores.

A única coisa que justifica isto é, de facto um negócio, porque tem negociata de milhões com a Cimpor, que efectivamente pretende, tem a oposição do Bloco de Esquerda porque a co-inceneração é o caminho mais fácil para a montante inviabilizar políticas verdadeiramente sustentáveis como, de facto a redução a reciclagem de utilização. É que de facto queimar óleos solventes que é aquilo que é possível para a cimenteira, é a forma de inviabilizar a sua reciclagem, e já há potencial empresários instalados em Portugal para fazer essa reciclagem. No

entanto a venda há Cimpor queima, que é isso que é rentável não são as lamas, como é evidente, é os solventes e os óleos, é um óptimo negócio!"

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Duas questões e a começar por esta em aberto.

Naturalmente que a CDU como desde sempre manifestou, sempre esteve interessada em saber os procedimentos adoptados pela Cimpor, em relação ao tratamento de resíduos perigosos.

Não nos caem os parentes nas lama mesmo sendo perigosas, por irmos saber os que é que os directamente interessados na co-inceneração têm a dizer sobre o assunto. Nomeadamente, o que fizeram com toda a gentileza, demonstraram-nos com toda alhaneza que estão a cumprir aquilo que a lei determina que seja cumprido, nem eu esperaria outra coisa. Ficaram por responder as duas questões que eu gostaria que a Cimpor me poderia responder, porque só eles me podem responder.

Primeira questão, porque carga de água, é que os resíduos já estão a ser co-incinerados sem que os Civer's estejam completados, para eliminar uma esmagadora maior parte dos resíduos que deveriam ser tratados privilegiadamente pelos Civer's e, resultando disto, qual era porque estavam representantes qualificados da Cimpor à nossa frente, qual era a estimativa de lucros que a Cimpor perdia com a utilização da co-inceneração. Ou seja, parafraseando um senhor que representava a Cimpor, que o disse taxativamente na apresentação simpática e bastante franca que nos fez, que é o mercado que determina o combustível, ou seja, a Cimpor agindo no mercado está a utilizar o combustível mais barato, que produz calorificamente mais resultados para a obtenção do produto, a que a Cimpor se dedica. Bom, esta resposta não tive, era a única que me interessava ter, e que poderia ter directamente da Cimpor, porque efectivamente nem me passaria a mim pela cabeça que a Cimpor, não estivesse a cumprir aquilo que a lei obriga, mesmo que não o estivesse, o admitisse.

Agora a resposta que ficou por dar e era a única que o Conselho de Administração da Cimpor poderia dar naquela reunião e não o deu, era a projecção de lucros, de ganhos que a Cimpor tem utilizando um combustível, que é perigoso, quer na sua manipulação, quer no seu transporte. Tendo em consideração que aquilo que o PS, Governo se comprometeu, que era primeiro criar os Civer's, eliminar grande parte dos resíduos e aqueles que eventualmente não pudessem ser tratados nos Civer's, seriam então objecto da co-inceneração, isso não foi feito.

Isto naturalmente o Concelho de Administração da Cimpor chuta para o ar, o meus colegas deputados Reis Marques e Luís Santarino não souberam explicar porque é que o PS não o fez, dentro das suas competências.

Esta é a razão porque lá fomos, procuramos ser esclarecidos pela entidade com capacidade para tal.

A segunda questão só para dizer que a CDU, não foi vista nem achada, para os conteúdos do programa do Colóquio da homenagem ao General Humberto Delgado, a realizar na Casa Municipal da Cultura. Só para que isto fique aqui firmado, participámos na definição global das comemorações, com as quais tivemos naturalmente de acordo, mas não fomos vistos nem achados quanto aos

participantes, quanto ao modelo... Se calhar foi alguma iniciativa tomada que não tiveram tempo para nos contactar.”

Intervenção do Presidente da Assembleia – Esclarecimento:

“Isso não posso explicar mas, queria desde já dizer para não haver maus entendidos. Nesse dia de homenagem ao General Humberto Delgado não estou cá estou fora estou em Macau queria dar esta explicação para que não houvesse má interpretação.

Quanto à questão dos lucros da Cimpor, eu tenho-os. Na altura a Eng^a Elisa Ferreira deu os números, aliás ela disse que a razão pela qual tem que ser uma fábrica da Cimpor e outra da Cecil, foi dito porque não poderia dar lucro só uma. Está escrito, o lucro é tão grande que não poderia ser só de uma. Tenho os cálculos feitos, aquilo corresponde em meter gasolina em vez de pagar em dinheiro, aquilo é um negócio.

A razão dos Civer’s, é para diminuir o lucro, é que se houver tratamento prévio, o lucro é menor, mas é menor em milhões de contos, porque se não fosse isso não haveria nada desta polémica.”

Intervenção do deputado municipal Luís Santarino (PS):

"Então isto é uma discussão de lucro? quem produz esses resíduos não são as empresas, mas como é que lhes pagam? Explique-me então, essas empresas que produzem e que produzem mais-valias, a Cimpor e outras, produzem na realidade produzem mais valias, não produzem só serviços como é que elas subsistem? Como é que nos pagam?

Como é que se pagam os hospitais, como é que se pagam os professores e as finanças e as estradas?

Afinal como é que se paga tudo?

Então estamos preocupados com o lucro?

Sr. Presidente estamos a falar de coisas diferentes!"

Intervenção da deputada municipal Manuela (BE):

“Alguns dias por mero acaso, reparei numa pequena noticia nas “Beiras” de 18 de Abril, que dava conta da aprovação da reunião de Câmara da concessão de exploração de “Caulinos” numa área que o próprio vice-Presidente considerou brutal, são 320ha onde há empresas e habitações.

Apesar de achar até por isso que aquela área toda não era para explorar toda ao mesmo tempo, a concessão foi aprovada na tal reunião, apenas com a oposição do vereador Pina Prata, que se manifestou preocupado com o facto da poluição poder ir para o IParque.

A investigação que fiz levou-me a pensar pelo menos, que os caulinos aparecem em zonas graníticas, e portanto para haver caulinos naquela região, serão caulinos sedimentares, e portanto não serão explorados, como nas zonas de granito e em princípio serão explorados com agulheta, fazendo lamas e não poeiras.

Qualquer das maneiras deixo as seguintes questões:

-Como vai ser feita a exploração do caulino?

-Quais os impactos ambientais da alteração do relevo do terreno?

- Se foi feito um estudo ideológico para avaliar os impactos nos lençóis friáticos e nas nascentes de água?
- Qual o destino destes minerais? serão transformados nas proximidades ou transportados para outros locais? Nesse caso como e por onde?
- De onde virá a água para a exploração? Portanto para ser usado por agulhetas.
- Como serão decantadas as lamas?
- Como serão tratados os desperdícios?
- Foi exigido, um faseamento da exploração e consequente faseamento da requalificação das zonas já exploradas?
- Porque motivo se admite, que a concessão não será toda explorada ao mesmo tempo, e se exige a requalificação ambiental e paisagística só no fim da vida útil da exploração?
- Porque é, que este assunto não faz parte da ordem de trabalhos desta Assembleia.
- A Junta de Freguesia de Taveiro foi informada, os cidadãos foram informados? Esta noticia permitiu-me ainda saber de um outro projecto ainda mais gravoso, previsto para o mesmo local - Uma Central Termo Eléctrica - Em conjunto destas duas coisas, mostra como frequentemente a Câmara Municipal decide à revelia da informação dos cidadãos e nomeadamente da Assembleia Municipal que deveria ter esse papel de fiscalização. Portanto pretendemos ser informados sobre estas questões, no caso da Central Termo Eléctrica, que nos suscitem enormes reservas em tempo útil, esta informação que seja em tempo útil antes da eventual aprovação do projecto.”

Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:

“De facto o senhor deputado Luís Santarino é um verdadeiro provedor da coincidência. Também compreendo que veio aqui fazer um frete ao Governo, cumprindo aquilo que o chefe manda, que é defender simplesmente a coincidência. Desprezando, esquecendo a Freguesia de Souselas, mas eu percebo qual é a azia de V. Exa. à Freguesia de Souselas. É que no fim deste mandato fará 16 anos que estão fora do poder na freguesia de Souselas, e é por isso que vocês não gostam da freguesia. Esse é o problema.

A questão resume-se a isto, é um processo com toda a transparência, então expliquem aos senhores deputados municipais, porque é que a comunicação social ficou à porta da Cimpor, e não entrou. Se o processo é tão transparente, então, naturalmente compreendo que tenham ido visitar a fábrica, subscrevo a vossa posição, a vossa atitude, agora gostava que me explicassem, porque é que estando jornalistas à entrada da Cimpor, se queremos dar a conhecer a toda agente, se queremos informar as pessoas, se queremos esclarecer os cidadãos para não haver dúvidas porque é que a comunicação social não entrou?

Segunda questão, erraram no dia da visita, porque houve uma avaria na Cimpor, colocou parte de Souselas debaixo de uma nuvem de poeiras que já foi objecto de uma queixa para a Agência Portuguesa de Ambiente, aliás tal como vem na comunicação social.

Todos percebemos que é preciso cimento, não é isso que está em causa, o que está em causa é o modo inoperante e a atitude de desconsideração da fábrica que não assume a sua responsabilidade social para com aquela freguesia.

E aproveitando o senhor deputado Santarino seguramente que tem acesso ao Governo, coisa que eu não tenho, comunicava aos seus chefes ou falava com

eles que, assumissem os compromissos com Souselas, porque solicitaram um dossier à Junta por causa do posto da GNR, e a placa que lá se encontra cedência de terreno por parte da Câmara continua lá, a ficar enferrujado porque nunca mais se decidem fazer o posto da GNR.

E a propósito da saúde pública, também era bom que a Administração Regional de Saúde, fizesse aquilo que tem a fazer, não é com 3 anos de atraso, só porque a Junta de Freguesia protestou e disse que, eventualmente, apresentaria uma queixa no Provedor de Justiça. Que fez um estudo de saúde que esteve emparteleirado 3 anos, e agora à pressa “à pala” da co-inceneração veio dizer que vai avançar com o estudo de saúde à população.

Já agora aproveitava e pedia ao senhor deputado, que solicitasse aos seus amigos, da Administração Regional de Saúde, seguramente tem melhor acesso de que o Presidente da Junta de Freguesia de Souselas, para cumprir aquilo que fizeram, ou seja, fizeram um projecto de ampliação do Centro de Saúde de Souselas pelos serviços competentes da Administração Regional de Saúde, e vai para 2 anos, que estamos à espera precisamente dessa ampliação.

Pensei que o Sr. deputado fosse a Souselas para resolver esses problemas e se os tivesse resolvido garanto que tinha aqui um discurso de elogio na sua qualidade de deputado e cidadão desta terra.

Para terminar só queria dizer, que de facto, não está tudo bem em Souselas neste momento decorrem processos na Agência Portuguesa do Ambiente e na Inspeção-Geral do Ambiente, portanto vamos aguardar serenamente o resultado desses processos e as conclusões dos mesmos.

E em nome também do princípio da transparência, a propósito da monitorização, a Junta de Freguesia solicitou um conjunto de perguntas à Cimpor, que tinha a ver com as características dos resíduos, grau de perigosidade, tipo de monitorização que está a ser feita, frequência da monitorização, parâmetros avariados durante o processo de monitorização, sistemas de validação do processo de monitorização. A resposta da Cimpor, foi simplesmente que se pretendessemos esses elementos, tínhamos de consultar os organismos/autoridades do Ambiente.

Penso que, por uma questão de cordialidade e de proximidade deveriam prestar estes esclarecimentos. Teria ficado bem com espírito de respeito e confiança entre as partes."

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

“Não tenho dúvidas que a Assembleia Municipal se está a tornar muito menos interessante mas, muito mais hilariante e nós não gostaríamos que fosse assim. Portanto, deveremos tornar à política, é disso que estamos a tratar, as nossas posições sobre Souselas são claras, e não queremos ser tratados como escoteiros, não vamos a Souselas fazer visitas de escoteiros. O assunto de Souselas é demasiadamente sério, para ser tratado com alguma leviandade e com muita ligeireza. E por aqui me fico, porque já falamos muito sobre isto, e desde há anos que falamos sobre isto, e desde há anos que há moções aprovadas por esta Assembleia sobre isto.

Pensei também que o Partido Socialista trazia aqui, o grande assunto do momento, porque eu pensei que o Partido Socialista não quisesse que voltasse a entrar no datário nacional como aconteceu com a Ponte Rainha Santa Isabel e a questão do Pediátrico. Porque a situação do Pediátrico, é extraordinariamente

grave face às denúncias que existem. E se bem se lembram, nós levantámos a questão política com seriedade, e confrontámos o Partido Socialista com uma pergunta clara: senão achava conveniente, há meses atrás, que viesse aqui o Presidente do Conselho de Administração dos HUC, falar da situação dos Hospitais. E do mesmo modo que o Presidente da ARS viesse aqui, há meses atrás, falar da situação do Pediátrico. Qual não é o nosso espanto, quando esta semana, ou muito recentemente se desencadeia um conjunto de notícias que não são para ser levadas com ligeireza, nem são para ser levadas em conversas de amigos, com o devido respeito pelo meu camarada Serpa Oliva, são para ser tratadas politicamente e com a dureza que devem ser tratadas, porque estamos a falar de assuntos muito sérios. Façam-se todas as averiguações, nós ficamos satisfeitos, porque tivessem sido incluídas as verbas para o Hospital Pediátrico, para que as verbas fossem incluídas, e que se terminasse o Hospital Pediátrico mas, preocupa-nos seriamente que a obra do Hospital Pediátrico, acabe da forma como acabou a obra da Ponte Rainha Santa Isabel. E nem nós, nem V. Exas querem que tal aconteça para dirirmos argumentos durante mais dois mandatos, já nem digo duas sessões de Assembleias Municipais mas sim, mais dois mandatos de Assembleia Municipais, não queremos que isso aconteça, como não queríamos que acontecesse em relação a co-incineração.

Estarão V.Exas por ventura de acordo, que é chegado o momento em relação a este assunto que Coimbra é sério, é de um maior investimento que neste momento está a ser feito em Coimbra “para lamentar profundamente que não se olhe para a Estação Velha, para a questão ferroviária, e que seja anunciada dois ou três dias, o fundamento da linha de Sintra, o que é que seja, Lisboa, como uma grande organização nacional, quando Coimbra continua a ser esquecida, em muitos dos investimentos e neste investimento em particular.”

Portanto, nós não esquecemos a co-incineração, continuamos no nosso princípio estratégico, na nossa questão de princípio nacional, nem é local, nem é de capelinha, porque não tratamos estes assuntos como assuntos de capelinha, como o Pediátrico para nós, não é assunto de capelinha, é um assunto nacional, não é admissível que se esteja a passar o que está denunciado publicamente em relação ao Pediátrico e que nós finjamos que nada está a acontecer e que daqui a 1 ano, apareça o resultado de uma comissão de inquérito qualquer, que não sabemos se é nomeado.

Ponho isto com toda a frontalidade, no sentido que nós entendemos o debate político, e também com um sentido de responsabilidade em relação a Coimbra. Porque nós todos, nós maioria se quisermos, nós bancada “Por Coimbra”, e todas as outras bancadas, tem aqui uma obrigação estrita na defesa dos interesses para Coimbra, que é de não deixar nunca, que isto resvale para uma situação das obras de Santa Engrácia.”

Intervenção do deputado municipal Vassalo Abreu (PS):

“Ouvi com atenção a intervenção do senhor deputado Maló de Abreu, queria deixar claro, que não resta a mínima dúvida que este assunto do Hospital Pediátrico é um assunto para o Partido Socialista tem de ser tratado com seriedade mas também serenidade. Se o Hospital Pediátrico existe em Coimbra, é por obra e empenho dos Governos do Partido Socialista. Caso a ser verdade que veio a lume, é um caso de polícia e que tem que ser tratado nas instâncias próprias, não queira o senhor deputado Maló de Abreu, penso que não é essa a

sua intenção, imputar responsabilidades a quem não a tem. Se existem os defeitos na obra que vieram a público, há instâncias próprias para as tratar.

Mas, também não pode esquecer, que esta obra por ventura, foi lançada sem os cuidados técnicos que deveriam presidir à elaboração de um projecto com esta complexidade.

Pela nossa parte, estamos abertos a fazer diligências para que em momento oportuno o Presidente do Conselho de Administração dos CHC ou alguém em seu nome, ou se quiser o Presidente da ARS que aliás, tanto quanto sei, estará e tomou de imediato medidas para saber o que é que se está a passar para pedir responsabilidades estou certo e seguro, por aquilo que conheço dele, que virá cá em momento julgado oportuno dar todas as explicações que entenderem necessário.

Isto, senhor deputado, também é para nós o motivo de distinção. É que nós não temos medo da transparência, não sei se já percebeu, já veio cá o Presidente dos Hospitais da Universidade de Coimbra, propusemos hoje que venha cá o Presidente da Metro, explicar o que tenha que explicar, aceitámos o seu desafio ou a sua proposta, com quiser para que venha cá o Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro explicar o que tiver que explicar sobre o assunto do Pediátrico. O senhor não estará mais interessado do que nós em que o Pediátrico vá para a frente, porque esta obra só foi possível com um Governo do Partido Socialista, mais uma grande obra em Coimbra, porque eu já fiz aqui um reptio ao Senhor Presidente da Câmara aqui algum tempo, que qualquer dia era interessante fazermos um balanço das grandes obras públicas que foram feitas em Coimbra. Quem é que incentivou essas obras, onde é que elas foram lançadas, onde é que elas foram programadas e quando é que elas foram feitas?

Porque nós não viemos para aqui, como aconteceu nas vésperas das últimas eleições legislativas, acho que houve aqui um Secretário de Estado, nós até estivemos para fazer um livro branco que nas vésperas das eleições veio cá prometer cento e tal medidas, porque sabia que não as podias executar. Não vamos por aí senhor deputado, vamos concretizar aquilo que pode ser concretizado, e o Hospital Pediátrico é, de facto, uma obra não só de relevância para Coimbra, mas para a região e a nível nacional e nós empenhar-nos-emos em tudo o que estiver ao nosso alcance para que essa obra seja realizada, para que os problemas que foram detectados seja superados, para a responsabilidade do construtor, do projectista, seja de quem for, sejam devidamente pedidas a quem tem de direito.

Queremos tratar esta questão, com seriedade, como disse, mas também com serenidade e o sentido da responsabilidade.”

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

“Já agora que estamos a falar de obras que o Partido Socialista tem feito e daquelas que vai fazer, quero também chamar a atenção de uma, que parece que não está a acontecer, só que não é aqui na margem direita propriamente dita. Vivo em S. Martinho do Bispo há 59 anos, quando isto aconteceu já lá passava a linha do caminho de ferro, mais tarde acerca de 30 anos, passou lá uma via rápida o IC2, significa isto que, aquela freguesia ficou dividida geograficamente e demograficamente, uma barreira de grandes dificuldades, que tem ceifado vidas ao longo de décadas e décadas, nos nossos antepassados.

É importante dizer por isso aqui, que hoje, com o dinheiros que não são do orçamento municipal pela Refer, estão a ser concluídas as cinco passagens superiores que eliminam as passagens de níveis da freguesia de S. Martinho do Bispo e das contíguas, Ribeira de Frades, Taveiro e Ameal. A obra trará só por si, um grande afluxo rodoviário dessa margem mais pobre do lado de lá do caminho de ferro, do lado de lá da IC2, para o lado que vocês mais conhecem porque é melhor servida das acessibilidades. Mas, esse afluxo que agora trás, trás também de grande perigosidade, se agora os dinheiros do orçamento, municipal não acompanharem essas novas infraestruturas realizadas pela Refer. É que o bloqueamento do trânsito vindo de um lado para o outro, vai ser fatal.

É preciso também, que os dinheiros municipais façam três ou quatro, expropriações de pequenos prédios que as bloqueiam, basta por exemplo, ir ao Chafariz, junto ao lado do Padre Serra têm lá uma garagem que o seu proprietário naturalmente arranjará ali nas proximidades, e o fluxo rodoviário passará a fazer-se com mais segurança, com mais tranquilidade.

Não me recorde nunca que o orçamento municipal custear o preço de uma expropriação de utilidade pública. Mas há mais, o tempo já não vai permitir que me alongue mais sobre este assunto...

Da piscina municipal, um novo arruamento a construído com urbanização que recentemente lá sugeriu, dá acesso ao hospital, dá acesso aos habitantes de St^a Clara que querem aceder à piscina municipal, pois esse novo arruamento, tem 8 ou 9m de largura, chegando ao seu término tem apenas 3m de largura, não mais, bloqueia! É o que irá acontecer necessariamente com as novas infraestruturas criadas pela Refer e pelos investimentos públicos que não vêm do orçamento municipal. É esta migalha que quero pedir ao orçamento municipal, porque também quero dizer, que estamos aí com uma verdadeira recuperação e reconversão urbana, tão ou mais importante que o Centro Histórico e aí nós pagamos mais impostos, a margem esquerda S. Martinho, Taveiro, Ameal, como as demais, pagam mais impostos do que pagam aqui essas freguesias a freguesia concretamente do Centro Histórico, onde essa reconversão urbana ainda não é visível.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:

“Vou ser muito rápido, não gostava muito de me meter neste problema porque sou profissional da Cimpor. Mas a empresa também não me paga para eu vir aqui defende-la. No entanto, queria dar aqui um pequeno esclarecimento.

Primeiro os postos de detecção de valores estão equipados com a mais recente tecnologia, sobre a questão dos postos nenhum posto de detecção foi suprimido.

Segundo, todos nós sabemos (os que aqui estavam e os que vieram de novo) que somos contra a co-incineração. A co-incineração é uma realidade, está a ser feita. Então, se não podemos fazer nada para que ela não se concretize, senão há um processo que a entrave, então vamos ver a que moldes ela está a ser feita, se estão a ser utilizadas as melhores tecnologias, se o povo de Souselas e dos limítrofes está a ser sacrificado ou não, mas de uma vez por todas aquilo que eu entendo como profissional da Cimpor, e todos os meios que me são dados, até digo mais, como profissional da Cimpor, trabalhando directamente no processo da fabricação, tenho todos os meios e mais, o equipamento de informática e de electrónica, qualquer valor no mínimo que ultrapasse ao qual está consumido, o equipamento pára por e simplesmente. O que quero dizer, em termo de

equipamento, sou eu, que trabalho directamente está em condições para eu poder trabalhar. Se há autorização para a fabrica estar a laborar naquelas condições, isso é o que os políticos têm de fazer, mas vamos no mínimo ver, para tirar dúvidas, a Cimpor já demonstrou por exemplo, nas iniciativas que tomou com as portas abertas, podemos ir em grupo podemos ir em individualmente. Agora, sobre o deputado Pinto Ângelo que queria saber os lucros, isso nunca irá saber, de certeza absoluta.”

Intervenção do Presidente da Câmara

“Com franqueza estou dividido entre aquilo que acho que devo fazer, e aquilo que não devo fazer. O que devo fazer, certamente com respeito V.Exas é responder a algumas das questões que me são postas, todavia não deixam solução, que não, seja pronunciar-me politicamente sobre as questões essenciais que lhe estão subjacentes, e não propriamente estar a satisfazer curiosidades. Em segundo lugar, aquilo que não devo fazer, é barulho, em primeiro lugar, em segundo é exceder-me no tempo, porque a nossa matéria principal de hoje, já está há muito tempo a ser discutida e essa é que é a matéria fundamental desta reunião. Nós estamos já há duas horas e meia, alegremente a trocar impressões, é sempre bom, mas verdadeiramente a questão fundamental ainda não começou a ser abordada.

Vou pedir desculpa a todos mas vou seleccionar dois ou três temas dentro dos vários itens que me colocaram aqui, para ver se consigo dar algum consolo naquilo que são as vossas dúvidas existenciais.

Primeira questão – Pediátrico:

Compreendo que num arrobo de entusiasmo alguém diga que a Igreja de St^a Cruz foi feita pelo Governo Socialista.

Agora o que não é sério é dizer que o despacho de execução de uma obra com o Pediátrico, que foi feito por um governo que não foi, evidentemente aquele que o executou. Portanto, isso significa que as pessoas têm de perceber bem, aquilo que estão a falar, e tem de dizer, que houve uma serie de problemas, que acabaram com um governo que foi de outra cor, e não foi a minha, diria portanto uma pessoa do partido socialista e que lançou a obra. Se querem que vos diga tudo, em relação ao Pediátrico o que se passa é muito simples:

Nós andamos há três anos a enganarmo-nos todos uns aos outros. Anda o Governo a fazer que faz, e nós a vermos fazer o Governo. E durante estes três anos vão-se encontrar todas as desculpas possíveis, são as expropriações, são as inundações...mas, o dinheiro do Orçamento do Estado não vem para as obras. Depois dizem que temos que poupar! Mas, é que poupam tanto que, até poupam nas dívidas que têm para com as autarquias, e barrem-nas para debaixo do tapete e não as consideram e é assim que, o défice é conseguido na sua superação. O que aconteceu com o Pediátrico foi uma coisa tão simples quanto isto, estou à vontade porque escrevi e disse ao Sr. Ministro da Saúde que nesta altura já lá não está.

No Pediátrico acontecia que, tinham contractos, de execução, com a empresa encarregada para fazer o Pediátrico, e o Ministro da Saúde chegou em determinada altura e chegou à conclusão que tinha 20 milhões de indemnizações pedidas pela empresa que estava a fazer o Pediátrico e tinha de lhe pagar. E a questão que ele tinha era esta, mas como é que eu hei-de fazer para retomar a obra. Eu expliquei ao Sr. Ministro que era muito simples, se tem 20 milhões

para pagar de indemnização, se tem 20 milhões para retomar a obra, arranje os 20 milhões rapidamente e recomece a obra. Quando o Sr. Ministro cá veio, reuniu as empresas e perguntou-lhes, muito candidamente querem retomar a obra? e faze-la antecipadamente até 2009?

E as empresa o que é que julgava que diziam, disseram concerteza que queremos, porque o que elas queriam era obra.

A questão que nesta altura está a ser colocada, é uma questão de outra relevância e de outra ordem. É saber se na verdade o cimentinho da Cimpor, está ou não a ser necessário ou a argamassa é outra.

Mas isto, não é nada de extraordinário, porque o IC2 também esteve pré lançado e eu tive a ocasião de o dizer aqui ao Sr. Ministro quando ele cá esteve, para não dizerem que diria as coisa pelas costa, o IC2 teve para ser lançado três anos, e não foi lançado, para ser lançado agora. Vêm como as coisas são simples, porque na verdade durante estes três anos, o Orçamento do Estado foi para aquilo que nós agora vemos, Lisboa tem o maior número de auto-estradas de toda a Europa.

A questão do Metro, é muito simples. Nós dissemos e deliberamos na Câmara Municipal por unanimidade que, o Metro deve ter a mesma solução tecnológica, ou seja, eletrificação desde Serpins até Coimbra-B. Admitimos que seja feito por troços, o que não admitimos é que o último troço fique pendente, e fique pendurado, a ligação entre o Parque e entre Coimbra-B, por uma terra de ninguém, que não é executada ao mesmo tempo que a última ligação. Porque isso significaria que nos tínhamos um metro muito bonito mas não tinha carruagens, que não poderiam entrar para lá as eléctricas.

O que nós dissemos e foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal de Coimbra, foi o seguinte:

Façam o favor de fazer os concursos nas datas estimadas, mas o último concurso deve ir desde Carvalhosas até Coimbra-B. É simples, é só isto que nós queremos.

Penso que isto não é difícil, para isto qual é o problema do Metro, que não é a Metro que está a fazer rejeições, não é o metro que está a fazer a obra, quem está a fazer a obra é a Refer, e a CP. Porque os problemas fundamentais da obra do Metro, que vão implicar com a parte pública e com outras coisas assim, ainda não estão a ser equacionadas, nós estamos a fazer parques de estacionamento de CP/Refer, e estamos a lançar esta obra CP/Refer, na plataforma que é do Metro. O Metro está a acompanhar tecnicamente e com estudos obra que está a ser realizada.

A exigência desta Presidência do Metro e bem acompanhado pela Câmara Municipal de Coimbra, foi um problema difícil de vencer, foi que o concurso para o material circulante seja feito de uma só vez, e o material circulante seja o mesmo. Porque a ideia que a Sra. Secretária de Estado, tinha era fazer a reparação da linha, e meter as mesmas composições a diesel na linha da Lousã, foi assim que foi apresentado o projecto. E foi isto que o próprio Presidente da Metro, contestou desde o princípio.

Esta é a verdade toda, nós queremos Metro. O percurso urbano é tudo aquilo que no Município de Coimbra tem troços de urbanos, tem características urbanas.

Estamos a tentar fazer o Metro ao contrário, em termos de exploração, isto é, estamos a fazer primeiro a linha que dá menos capacidade de manutenção, e

estamos a deixar para o fim os troços urbanos que têm maior capacidade de manutenção do projecto, no seu todo. Ou seja, aquilo que estamos a tratar mesmo nesta fase só é da tentativa de ligação até Coimbra-Parque, não está Coimbra-Parque, Coimbra-B, e não está naturalmente a ligação entre a Av. Fernão de Magalhães e a parte do Hospital, isto é assim. Entretanto a Metro pediu para estudar, dois percursos alternativos, aonde na Solum, e aqui na Fernão de Magalhães, e a Câmara disse que sim, façam o favor de estudar, deu o seu acordo do princípio, o que é que o Presidente da Metro disse numa reunião da Câmara Municipal, se eu não conseguir estabilizar as soluções alternativas, até ao fim do ano passado, resta sempre o percurso base, que já está consensualizado. Eu acho que está bem, porque se na verdade nós andamos a continuar a fazer estudos, e continuamos a prolongar o estado de indecisão e a continuar a prolongar o estado de disponibilidade do Governo, nós então temos um problema que nunca mais fazemos o Metro. Portanto, a sugestão que dei, e dei por carta à Sra. secretária de Estado e ao Sr. Presidente da Metro Mondego, resta então retome-se o percurso base, consensualizado, lance-se o Metro o concurso e depois façam-se as alterações necessárias ao percurso. Tão simples quanto isto. Não há mais nada em relação ao Metro.

A questão da Videovigilância colocada pelo Senhor Presidente da Junta da Freguesia de S. Bartolomeu:

Gostaria de dizer aos senhores deputados municipais que conto, na próxima semana, levar ao Sr. Secretário de Estado José Magalhães o trabalho feito pelo Centro Histórico e pela Polícia de Segurança Pública, com o sistema pela Policia de Segurança Pública estudada. Aqui, não é um especialista, que está a falar, com outro especialista. Eu, não sei nada de enterros nem de funerais, e naturalmente não me pronuncio sobre isso. O Sr. Comandante da Polícia de Segurança Pública, deve e pode pronunciar-se sobre a localização das câmaras de vigilância, é matéria dele não é matéria minha.

E portanto, o projecto que nós vamos instalar tem todas as condições para ser aprovado, uma vez que já beneficiou de intervenções anteriores, mesmo em relação à Comissão Nacional de Protecção de Dados, de dados de outros projectos feitos, por exemplo, no Porto e no Algarve.

Penso que não deixaram mais nada a que eu pudesse francamente responder, peço muita desculpa ao Sr. Presidente por este tempo que roubei a todos V. Exas, mas certamente noutra oportunidade haverá mais.”

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à votação as moções apresentadas à Mesa:

Do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Saudação ao 1.º de Maio – Dia Internacional do trabalhador

As actuais políticas do Governo têm vindo a colocar em causa a própria essência do Estado Social. Em nome da obsessão pelo défice, são impostos aos trabalhadores pesados sacrifícios. Aumentam-se os impostos, controlam-se os aumentos dos salários pelo mínimo, ou pura e simplesmente se congelam, como acontece, nomeadamente, com os professores. Mantêm-se pensões de miséria. Cresce a precariedade do trabalho e o desemprego desprotegido, e com ele cresce também a pobreza e a exclusão social. Como não bastasse, o governo corta a torto e a direito nas políticas de protecção social no desemprego e

dificulta cada vez mais o acesso à Segurança Social e aos cuidados de saúde, não só instituindo taxas moderadoras, como encerrando serviços de proximidade do Serviço Nacional de Saúde. A Escola Pública e os Professores são atacados, como nunca, servindo de bode expiatório para o insucesso de sucessivos governos, no que à educação e ensino diz respeito.

Não bastando os enormes sacrifícios impostos à generalidade dos trabalhadores, em nome do combate ao défice, anuncia-se já nova ofensiva aos direitos dos trabalhadores em nome da sacrossanta competitividade e flexibilidade do trabalho. O Código de Trabalho em gestação avançada confronta os trabalhadores com a liberalização dos despedimentos, agora em modelo *simplex*, com a facilitação do despedimento colectivo, alargando os motivos da sua causa, ou com a manutenção do trabalho precário e, pior ainda, a legalização dos recibos verdes, a que se junta a caducidade das convenções colectivas e a generalização da contratualização individual do trabalho.

Neste quadro, comemorar o 1.º de Maio é colocar no centro da luta a exigência de políticas de ruptura com as políticas liberais plasmadas no Código de Trabalho, os aumentos intercalares dos salários e de pensões tendo em conta o crescimento da inflação e de regularização de todos os precários da administração pública central e local, integrando-os nos quadros.

Assim, a Assembleia Municipal de Coimbra, decide saudar todos os trabalhadores e suas organizações representativas que neste 1.º de Maio sairão por todo o país à rua, levantando as bandeiras reivindicativas da luta pelo direito ao trabalho, à segurança e protecção social, ao bem-estar e ao progresso social."

Sobre esta moção o deputado Vassalo Abreu disse o seguinte:

"Como é obvio o Grupo Municipal do Partido Socialista, não pode de todo em todo, concordar com os pressupostos em que assenta a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Pensava que já ía longe o tempo em que, se falava do 1º de Maio, com todo o respeito que tenho pelo deputado Serafim Duarte, uma mescla de Marxismo, Leninismo, de Maoísmo...Pensei que esse tempo já tinha passado, mas de facto lendo os pressupostos e os considerando desta moção, de facto parece-me á um revivalismo ideológico esta moção está datada do ponto de vista ideológico, e para além de haver aqui algumas inverdades. Recordo-lhe quanto ao salário mínimo, há um acordo com a Concertação Social, que envolve todos ao parceiros sociais, para se atingir um patamar, que é insuficiente mas é aquele que as circunstancias do país comportam, também lhe recordo, que os maus feitores do Governo, a Ministra da Educação, ainda recentemente chegaram a acordo com os sindicatos, para pacificar as relações.

O Senhor assenta aqui os pressupostos, se quiser saudar os trabalhadores, as suas organizações, a sua capacidade reivindicativa da sua justa luta pelo direitos, o direito ao trabalho à segurança, e protecção social e bem-estar e ao progresso social, nós acompanhamo-lo mas não com estes pressupostos, penso que este não é a sede para fazer esta luta completamente desajustada aos tempos que correm."

Sobre o mesmo assunto a deputada Isabel Margarida disse o seguinte: "Obviamente que vamos votar favoravelmente a bancada da CDU, esta moção do

Bloco de Esquerda. Dizer e já agora na sequência desta proposta apresentada pelo PS, que, concordamos com todos os pressupostos que estão aqui e mais os que não estão.

E dizer já agora, se a bancada do Partido Socialista está tão solidária com os trabalhadores antes demais deveria fazê-lo em sede da Assembleia da República, em sede do Governo, e não agravar a situação dos trabalhadores portugueses.

Já agora dizer que a única coisa que retiraria desta moção, conversando com os meus camaradas de bancada, é que, quando no início da moção se fala, não ao aumento do salário mínimo, fala-se no aumento dos salários pelo mínimo, quando se fala por e simplesmente se congelam, proponha que se retirar-se esta especificidade e esta particular diferencia aos professores, porque a ofensiva deste governo, é a todos os trabalhadores e particularmente à Administração Pública, e os professores são apenas um corpo da Administração Pública.

Apenas diria que tirava esta especificidade, porque estamos todos no mesmo barco, toda a Administração pública e todos os trabalhadores em geral. Realmente saudar esta moção, e o 1º de Maio que cada vez mais tem razão de ser, para os trabalhadores estarem na rua a lutar pelos seus direitos."

Posta à votação esta Moção foi reprovada com a seguinte votação:

34 votos contra; 11 votos a favor e 3 abstenções.

Em relação à Moção do Bloco de Esquerda, foi apresentada pelo Grupo Partido Socialista uma alternativa, a saber:

"O Grupo do Partido Socialista propõe o seguinte:

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida a 28 de Abril de 2008, por ocasião do próximo 1º de Maio, saúda todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, solidarizando-se com as lutas pelo direito ao trabalho, à segurança e protecção social, ao bem-estar e ao progresso social."

Posto à votação foi a mesma aprovada com 33 votos a favor, 3 votos contra e 12 abstenções.

Declaração de voto do deputado Pinto Ângelo

"É evidente que votamos favoravelmente esta moção, porque uma moção de saudação aos trabalhadores, aprovada no dia 28 de Abril de 2008, não pode ser descontextualizada das lutas dos trabalhadores. Hoje dia 28 de Abril de 2008, na luta contra as políticas do neo-liberalistas do governo PS."

Período da ordem do Dia

Ponto 3- Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2007:

a) Câmara Municipal de Coimbra:

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao vereador Marcelo Nuno para apresentação destes documentos.

Intervenção do vereador Marcelo Nuno:

"Há semelhança do que fizemos nos anos anteriores, vamos utilizar a mesma metodologia, os mesmos indicadores para ilustrar aquilo que é o estado em que as contas da Câmara se encontram.

Começando por dizer, que face a este primeiro contexto nacional, desta vez, muito mais pequenino do que temos feito todos os anos, apenas para dar nota daquilo que foi o exercício do estado do que diz respeito à consolidação, ela foi obtida essencialmente através da consolidação da receita tendo havido um crescimento da despesa 3,25%. Digo isto porque mais à frente, vamos também ver qual foi a situação da Câmara de Coimbra, para podermos comparar com aquilo que é performance geral do Estado. Acresce a isto que, uma vez mais a Administração Local apresentou um saldo positivo, cerca de 280 milhões de euros, no que diz respeito à redução do défice, ou seja, as autarquias contribuíram positivamente para a redução do défice, ao contrário com o que aconteceu com as contas do Estado.

Quanto ao relatório em si, destacar apenas, estes quatro ou cinco elementos essenciais, um aumento do passivo líquido em 71 milhões de euros, a diminuição do passivo total, em cerca de 6,1 milhões de euros, a redução do passivo a curto prazo em 19,2 milhões de euros, a constatação registada de cerca de 11,4 milhões de euros de meios libertos líquidos, e a melhoria em geral de todos os indicadores económicos financeiros apesar do aumento das taxas de juro e do agravamento de alguns dos impostos nomeadamente da Caixa Nacional de Aposentações.

Os indicadores económico-financeiros, dizer que o rácio de liquidez geral passa de 57% para 163%, com a melhoria da nossa capacidade de responder prontamente aos nossos compromissos para com os nossos credores, o rácio de endividamento passa de 15 para 12% e a autonomia financeira de 69 para 73%. O activo fixo é financiado em 86% por capitais permanentes, contra 80% verificado em 2006.

O imobilizado líquido como já explicamos aumentou cerca de 61 milhões de euros, e representa agora 567 milhões de euros, um pouco mais, e evidenciando uma evolução crescente, muito significativa de ano para ano como podem constatar pelo gráfico. Os fundos próprios também, ou seja, cada vez maior proporção, cada vez maior parcela daquilo que são os nossos activos, é financiada e dos nossos recursos, das nossas aplicações é financiada com fundos próprios. O que é um sinal da solidez de consolidação que, vimos alcançando com respeito às contas da Câmara. O resultado líquido, deste ano de 6,2 milhões de euros, positivo, portanto, foi o contributo que demos a este resultado a quase todo aplicado na redução da dívida, e portanto um resultado líquido muito apreciável como podem também constatar.

Pela primeira vez, este é um quadro que introduzimos pela primeira vez, porquê, porque desde 2003 este é o primeiro ano em que os nossos créditos sobre terceiros são superiores às nossas dívidas de terceiros. Isto é algo também importante de registar, ou seja, se nós fôssemos uma empresa e se de repente tivéssemos que pagar tudo e cobrar tudo, sobraria dinheiro. Devemos menos do que aquilo que nos devem a nós, algo também marcante.

O prazo médio de pagamentos como consequência disto, diminuiu de 221 dias para 91 dias neste momento. Os fornecedores correntes, os fornecedores imobilizados por razões que têm a ver com os procedimentos burocráticos a que estão sujeitos tem prazos ligeiramente superiores, e até pelo facto de alguns deles estarmos em negociações, ou decorrerem, ou já estarem consolidadas as negociações para a regulação das respectivas dívidas, tem de facto um prazo de pagamento maior. Mas os fornecedores correntes estão neste momento a ser

pago em média a 91 dias, como aliás sempre dissemos que, era o nosso objectivo.

Os resultados financeiros, nós pusemos um quadro em que ilustramos aquilo que foi a evolução dos resultados financeiros, porque de facto, o agravamento das taxas de juro, é relevante e para quem deve dinheiro, faz investimentos as taxas de juro são um custo que devemos considerar.

Mas também para introduzir o seguinte, o ano passado por esta altura, aprovamos uma alteração aos moldes em que o empréstimo do Euro2004, estava estruturado. Essa alteração, produziu já frutos, tivemos apenas um período de contagem de 6 meses, mas o resultado desse 6 meses é de 221 mil euros, o que significa que à medida que, a taxa de juro for subindo, e à mediada que o tempo fôr passando este aumento há-de ser maior, ou seja, seria uma progressão ascendente em que, no próximo semestre seguramente a diferença será maior do que esta que tivemos no último semestre.

A receita total, também aumentou e registamos este ano, uma receita total de 98 milhões e meio de euros, sendo que o peso mais significativo é o das transferências correntes.

A receita corrente também ela registou um aumento, estamos neste momento com 74 milhões de euros de receita corrente, e vamos explicar a importância que tem esta questão de receita corrente, dizendo que as transferências de capital diminuíram em 53,8%, este ano.

A taxa de execução de receita cobrada aumentou, isto é algo que nós temos vindo recorrentemente a dizer também à medida que vamos tendo um orçamento mais curto, à medida que vamos tendo um orçamento cada vez mais ajustável àquilo que é a realidade as taxas de execução iram necessariamente aumentar. E qualquer que seja a lógica pelas quais analisamos, porque números são números, e qualquer um, a interpretação a terá, as taxas de execução são indiscutivelmente superiores de qualquer seja a óptica em que abordemos o orçamento.

Esta taxa de receita cobrada, como se pode ver aumentou, estamos em 73%, e é superior à taxa de receita cobrada de qualquer outro município, isto significa também que a margem para a fantasia como alguém classificou, no passado do nosso orçamento é necessariamente muito menor de que qualquer outro orçamento.

Quanto à despesa corrente tem um aumento mas não é muito relevante, um aumento de 1,76%, mas é um aumento menor do que o aumento que registou o próprio Estado. Um aumento que se deve essencialmente ao aumento dos custos com a Segurança Social, que aumentaram 11,04%, ao passo que as remunerações certas e permanentes até diminuíram, ou seja, aquilo que nós temos vindo a fazer é, uma política de contenção também ao nível dos recursos humanos, não à entrada de gente nova, apenas à entrada de Novos Quadros para a Câmara no que é estritamente essencial, naquilo em que estamos obrigados por lei, ou para dar conforto a competências que o Governo nos transferiu, de resto tem sido uma política de grande rigor de grande contenção ao nível de recursos humanos como podem constatar com os números do quadro.

A dívida orçamental de curto prazo, que tal como nós dissemos faz 1 ano, que tal como dissemos na apresentação do orçamento, se situa agora ao redor dos dez milhões e seiscentos mil euros, dá à volta do 10 milhões de euros, era o nosso objectivo, foi isto que alcançamos, e atenção que nesta despesa, neste

registo, estão já incluídas as facturas em conferência, ou seja, nós já estamos a assumir como integralmente a curto prazo todas as facturas e assumidas todas as facturas de conferência, o que nem sempre é assim, é uma questão de segurança e de cautela, estão cá todas, e ninguém pode dizer que se escamoteou e que não se assumiu dívida, está cá tudo o que é possível assumir dívida de curto prazo e ela representa apenas 10 milhões de euros, aquilo que é razoável, aquilo que entendemos como equilibrado para que a Câmara possa ter um prazo médio de pagamento aceitável. Para que, com isto, tenha menos encargos financeiros, maior poder de negociação quando se relaciona com terceiros, nomeadamente com os seus fornecedores.

As taxas de crescimento de funcionamento também vemos que ela tem vindo a decrescer sendo que este ano foi, até negativa, como já tivemos a ocasião de ver no gráfico anterior, se não fossem as transferências de competências que o Governo fez para as autarquias a nossa despesa corrente tinha decrescido, como vemos a nossa despesa de funcionamento de facto decresceu apesar da inflação, apesar do IVA, apesar dos impostos, apesar da Caixa Nacional de Aposentações ter aumentado de 10 para 13 e de 13 para 15, apesar de tudo isso, nós tivemos uma performance que é esta que está aqui espelhada e que ilustra bem o esforço e o rigor com que se geriu durante estes últimos dois anos.

Por fim, o endividamento municipal é um rácio importante porque, os nossos objectivos eram, de facto, consolidar as contas da Câmara, ter uma dívida de curto prazo que não causasse constrangimentos de Tesouraria. Que nos permitisse pagar atempadamente aos nossos fornecedores, nós estamos a conseguir pagar a 3 meses, 90 dias, como sempre dissemos que seria desejável, que não condicionasse a Câmara, que tornasse a Câmara uma pessoa de bem no relacionamento com terceiros, que lhe conferisse, que não diminuísse que obstasse poder de negociação na sua relação com terceiros e que proporcionasse à Câmara que nos facultasse a capacidade de investir mais, que tivéssemos a capacidade de continuar a investir, é isto que aqui está espelhado.

Quanto às taxas de execução, é invariavelmente em todos os gráficos as taxas de execução aumentaram, aumentam todos os anos, qualquer que seja a lógica, prisma pela qual estejamos a olhar para a execução do orçamento, seja pelos cabimentos, pelos compromissos, pela facturação, pelos pagamentos, ele vem sempre aumentando.

Aquilo que dissemos desde início é aproximar a execução do orçamento. É ter menos margem para a invenção e ter menos margem para a fantasia.

Não só há mais rigor, mas também há mais transparência, para não se dizer que se fazem coisa e não se conseguem fazer porque o orçamento não permite.

Por fim, duas ou três notas, apenas relativas aos recursos humanos, para dizer que houve redução 43 elementos do efectivo total da Câmara Municipal, redução de 27 contratos de tarefa e avença, que temos em contencioso, temos uma circunstância que, impede que nós tenhamos uma performance melhor no que diz respeito ao Recursos Humanos. Existe um contencioso, antigo pela Caixa Geral de Aposentações, em função da qual a Caixa Geral de Aposentações, nos reclamava uma dívida que existia, e que nós regularizamos, essa dívida já foi toda paga, vem do tempo em que o Dr. Victor Batista, era Director Financeiro da Câmara. Não é essa a questão mas, para ilustrar que, de facto, é uma dívida antiga.

Já solvemos esta dívida, contudo a Caixa Geral de Aposentações, reclama o pagamento de juros, juros que nós estamos impedidos de pagar, por um despacho da nossa tutela, homologado pela Procuradoria-Geral da Republica, que diz que nós não podemos nem devemos pagar os juros. No entanto a Caixa Geral de Aposentações, cada vez que alguém da Câmara se aposenta, aceita essa aposentação mas não a pública, logo nós continuamos a pagar a esse aposentado e no ano transacto foi uma verba muito relevante que ascende cerca de 200 mil euros. Isto tende a agravar-se, ou seja cada vez que alguém se reforma, não só o temos que o substituir, quando é o caso, como ainda temos que pagar ao que se aposentou, isto está de facto a condicionar em muito a nossa performance que diz respeito ao Recursos Humanos. É uma situação perfeitamente inócua, injusta, absurda mas que nós não conseguimos contornar e que, de facto, afecta e muito a nossa prestação.

Houve o pagamento integral a esta dívida, da ADSE, como disse, houve 102 promoções, 22 reclassificações, 1279 trabalhadores e 42 dirigentes intermédios avaliados, no âmbito do SIADAP.

Por fim, dizer que dissemos isto o ano passado, dissemos na apresentação do Orçamento e estamos em condições de anunciar já, criamos um serviço de Auditoria Interna, ele estava, existia advinha do mandato anterior da reformulação orgânica que foi feita, tinha sido prevista um serviço de auditoria interna, mas nunca tinha sido constituído, foi finalmente constituído, o serviço de auditoria interna e começou já a funcionar.

Primeiro começaram reuniões parcelares com vereadores, com responsáveis com dirigentes no sentido de catalogar com base em três princípios o conjunto de tarefas que cada área, cada actividade é responsável para segurar, tendo em conta a sua importância, no que diz respeito aos procedimentos administrativos da Câmara, a sua complexidade, ou seja com complexos que são as tarefas administrativas que estão subjacentes e inerentes a esse serviço e o grau de prioridade que deve ter, tendo em conta a importância relativa de cada uma das áreas, do funcionamento global da Câmara. Em função disso classificaram-se por níveis de riscos mais elevados médios e baixos estas actividades, e foi-lhes atribuída uma prioridade foi definido um cronograma, esse cronograma já está definido, não é visível mas podemos facultá-lo a quem o desejar e há então uma tabela de serviços para levar por diante no que diz respeito às auditorias internas que este serviço à que começar a fazer.

Este serviço não visa andar à caça às bruxas, mas visa conferirmos uma noção mais clara, daquilo que devem ser a segurança dos procedimentos, e daquilo que deve ser o aligeirar de procedimentos em determinados níveis, ou seja por um lado permitir que os procedimentos sejam mais hajas sem perder segurança, por outro lado garantir que há de facto segurança e rigor no tipo de procedimentos que temos internamente na Câmara Municipal.

Por fim os SMTUC, apenas para dizer, que à semelhança do que fizemos o ano passado, continua a haver o mesmo tratamento discriminatório por parte do Estado, relativamente aos SMTUC, a Coimbra a grosso modo, e que este ano só em indemnizações compensatórias, sem falar no prejuízo que o Estado acumula, e que somos todos nós que pagamos, só as transferências das indemnizações compensatórias o Estado transferiu 66 milhões para a Carris e para os STCP 66,8 milhões, cá continuamos a ser nós a suportar o custo dos transportes, como

bem, um agravamento muito relevante naquilo que foi a verba que o Estado transferiu entre 2006 e 2007.

Apenas alguns flashes naquilo que vem no relatório dos SMTUC, para dizer que houve um aumento de passageiros em 1,1%; um aumento de taxa de ocupação em 2,6%; um aumento velocidade comercial 0,6%; aumento da rede em termos de quilómetros de 3,4% e com um peso de cerca de 70,8% de passe social, ou seja, pessoas que regularmente utilizam, que são os utilizadores comuns constantes que usam o passe social são os utilizadores predominantes da rede de transportes de Coimbra. Há um aumento de receita bruta de 4,8%, e é relevante dizer isto, o aumento de transporte de passageiros foi de 4,9%, sendo que o aumento dos parques de estacionamento 10,3%, dos estacionamentos de duração limitada 24% e da publicidade 95%. Ou seja, o maior esforço foi um esforço de racionalização de meios, muito na sequência da reutilização dos veículos anteriormente utilizados na Ecovia.

Há uma diminuição efectivo de 13 efectivos, uma diminuição de taxa de absentismo de 4,1 para 3,7%, que é de facto notável e uma diminuição de 31,2% das horas extraordinárias, uma diminuição de 14,3 % de sinistralidade que é algo também muito relevante. Isto tudo num contexto como os senhores sabem muito bem, houve um aumento brutal do preço dos combustíveis, portanto os SMTUC conseguiram não só, encaixar esse preço dos combustíveis, racionalizar a rede, porque utilizam os veículos da Ecovia, em transportes com menor número de passageiros, diminuindo o nível de combustível consumido ou seja, apesar do aumento do preço do combustível, apesar do aumento da rede, apesar do aumento das viagens, eles reduziram o peso do combustível, o volume do combustível consumido e apresentaram desta vez, resultados positivos muito apreciáveis que é de facto algo que temos que saudar e registar com agrado.”

Intervenção do Presidente da Assembleia

“Disse que o Dr. Marcelo Nuno chamou a atenção, que as contas de Lisboa e Porto são mais complicadas, porque realmente aqui só está a Carris e o Metro, porque se juntarmos outros transportes urbanos de Lisboa e Porto, são cento e tal milhões, cerca de 1/4 das indemnizações compensatórias totais. Só Lisboa tem mais do que a CP e a REFER juntas, e se juntarmos em termos de investimento, fico preocupado, não o posso deixar de estar, porque até sou a favor, este bocado de linha de Alcantara são 400 milhões de euros, foi anunciado ontem, é 1/3 do TGV de Lisboa/Porto. Portanto quando algumas pessoas põem em dúvida e se calhar ainda vai haver dúvidas do TGV, que vai servir 7 milhões de habitantes em relação ao resto do País, em termos de investimento daquele bocado de linha, entre Alcantara para facilitar a chegada ao Porto e que vai facilitar também quem vem de Cascais, para ir para o Campo Pequeno, e depois para a Estação do Oriente, custa cerca de 1/3 do total do TGV de Lisboa/Porto. É bom que em Portugal começamos a ter a noção no País em que nós vivemos.”

Intervenção da deputada municipal Manuela Rodrigues(BE)

“O que é importante dizer é, da desconsideração que a Câmara Municipal tem mostrado por esta Assembleia, por nos entregar estes documentos tarde e a más horas, presumindo que as pessoas vão votar de cruz, sem terem em conta uma apreciação detalhada dos documentos.

A arrogância do vereador Marcelo Nuno, quando diz que os deputados municipais vão dizer enormidades, porque agora a assumidade é que vai falar, quando ainda por cima os dados que põe naqueles slides não coincidem com aquilo que está nos documentos. Mais grave é ainda!

O que se conclui daquele documento tanto quanto eu pude ver, é que apesar de ter havido um aumento de 15% na receita, com a subida dos impostos directos de mais de 10%, a execução do programado pela Câmara Municipal, ficou muito à quem do que era sequer previsto pelo próprio orçamento, nomeadamente se verificarem o Plano Plurianual de Investimento teve uma taxa geral de execução inferior a 50%, há um quadro geral antes das assinaturas tem isso tudo independentemente das partes que agora me abstenho de enumerar, porque isso implicaria outras considerações que tem a ver onde é que se cortou, onde é que não se cortou.

Outra coisa interessante tem a ver já o anúncio da campanha eleitoral, porque se diz que a Câmara Municipal pode dispôr de uma margem de endividamento de 33 milhões de euros, isto é, para o ano porque é perto das eleições é que vamos fazer despesas, até agora não se fez nada e depois junta-se tudo.

Aqui continua a mesma política de gastar agora e depois quem vier a seguir logo se vê, que pague porque as dívidas o que é preciso é de serem de longo prazo.

Relativamente aos SMTUC, durante o ano passado e segundo o relatório que nos é presente os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, conseguiram a proeza de não perder passageiros e mesmo de melhorar o saldo do exercício, é de reter para outros casos que o mesmo relatório atribuiu a este sucesso à não subida de tarifário. No entanto, o que vemos é que este facto ocorre ao arrepio, ou seja, apesar de, e não por causa das políticas camarárias para os transportes colectivos, continuamos a não ter um projecto global de mobilidade, continuamos a não ter uma política de ordenamento de território articulada com projecto de mobilidade. O que aparece são decisões avulsas, ou mesmo contraditórias. Nosso projecto de rede viária estruturante, vão-se alcatroando caminhos rurais, e depois dos caminhos alcatroados, autorizam-se construções em zonas florestais e agrícolas, num desordenamento tendencialmente irrecuperável que mistura armazéns, habitações, eucaliptais e baldios, um caos onde imperam o remendo, e comprometem em definitivo qualquer política sustentável de transportes públicos, ameaçando mesmo a segurança das populações face aos sinistros como incêndios de verão. Coimbra esteve em risco de arder por causa das políticas irresponsáveis de ordenamento.

O último e lamentável episódio, relativo ao Metro-Mondego merece atenção. Carlos de Encarnação nos dias pares afirma-se empenhado no projecto, e nos dias ímpares estimula receios infundados e toma decisões que compromete o projecto que dizia apoiar.

Uma política de mobilidade assente no primado dos transportes públicos, implicaria por parte dos responsáveis uma atitude pedagógica do bem comum e não a promoção do ego cêntrico automóvel. O Metro ligeiro deveria ser um meio estruturante da política de mobilidade da Cidade, e um dos factores do ordenamento urbano. Ou será que este ora a sim, ora talvez não, significa que Carlos da Encarnação está à espera de derrubar o resto da Baixa, para depois achar que se calhar deve abandonar o Metro?

A viabilidade dos transportes colectivos de Coimbra, não é algo separável das políticas de ordenamento e território, de mobilidade de acesso e estacionamento

automóvel, e será bom que as decisões políticas estejam claras, a favor do bem comum e do erário público.”

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldés(Por Coimbra):

“Aquilo que efectivamente nós estamos aqui a tratar hoje, tem a ver com aquilo que foi aprovado em 2006, ou seja, em 2006 esta Assembleia, aprovou as Grandes Opções do Plano e o Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2007.

Não estamos aqui hoje a tratar de questões da estratégia que foi discutida em função das propostas da Câmara Municipal de Coimbra. O que estamos hoje aqui a discutir, consiste exactamente em apreciar até que ponto é que a Câmara Municipal de Coimbra, através do seu Executivo, foi capaz de concretizar, as Grandes Opções do Plano e o Plano Plurianual de Investimentos, na medida em que os mesmos foram aprovados.

E nós a bancada da Maioria, naturalmente que não podia deixar de entender, que as Contas e o Relatório, conforme se encontra apresentado, merece a nossa aprovação, na medida em que, analisamos e porque o tempo, é pequeno, e nós pretendemos falar rapidamente, numa abordagem geral, sobre aquilo que nos foi apresentado, seleccionamos sete perspectivas de análise objectiva.

Como sabem de acordo com os objectivos, que foram definidos, nas Grandes Opções do Plano, e também no Plano Plurianual de Investimentos, tivemos em conta:

-Planeamento e Reabilitação; Reabilitação do Centro Histórico; Promoção da Habitação e Renovação Urbana; Abastecimento de Água e Saneamento; Infraestruturas, Desenvolvimento Apoio à Actividade Empresarial; Dinamização do Turismo, e por aí fora, Função Social, etc., onde também não deixou de ser considerada a questão da descentralização de Apoio às Juntas de Freguesia, a afirmação da Cultura, da Educação e do Desporto.

Pelo que, de acordo com, o primeiro critério, que seleccionámos do ponto de vista objectivo, para nos pronunciarmos sobre este relatório, queremos realçar desde logo em primeiro lugar, aquilo que este Executivo entendeu dar continuidade como política também essencial no âmbito dos recursos humanos em relação à formação profissional. E a matéria da formação profissional notamos que efectivamente de forma positiva a formação externa atingiu 4.943 horas e a formação interna chegou às 13.165 horas, isto não obstante os fundos comunitários terem sido reduzidos como todos sabem, admitindo-se que, os próximos fundos comunitários, do âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional, possam vir novamente repôr alguns dos fundos com que esta Câmara Municipal tem contado para a formação.

Num segundo ponto objectivo de análise, constatamos que existe efectivamente um aumento do activo, em cerca de 71 milhões de euros, e verifica-se exactamente houve inclusão, de bens do domínio público no património inicial.

O terceiro ponto seleccionado tem que ver, com a diminuição do passivo total, e aqui verificamos que de 2006 para 2007, efectivamente, houve uma redução de 14%, que é também absolutamente assinalável, passando designadamente de 75,3 milhões para 64 milhões de euros. Estamos a falar em termos absolutamente objectivos.

A quarta questão que analisamos tem que ver com a redução do passivo de curto prazo. Aqui efectivamente houve progressos, temos que constatar honestamente

que houveram progressos, de 3 em 2005 passámos para 27,288 em 2006, e neste momento apresenta o relatório apresenta cerca de 12.586 milhões em 2007. É evidente que o passivo de médio e longo prazo aumentou, mas o que é certo é que no cômputo das contas em relação ao passivo de médio e de longo prazo e em relação ao passivo de curto prazo, o certo é que no seu cômputo geral se verifica uma redução assinalável na ordem de 14%. O que significa que estamos numa perspectiva de consolidação orçamental e de consolidação financeira da Câmara Municipal.

Quanto à quinta questão, objectivamente seleccionada, entendemos que do ponto de vista, de capacidade de endividamento municipal se verifica que, de facto, existe a capacidade de que a longo prazo, é possível para 2008, poder esta Câmara Municipal ainda contar com 33,296 milhões de euros. E não venham dizer, como ainda à pouco ouvi dizer que, isto é no sentido de estar a preparar a próxima campanha eleitoral, porque não é assim, a questão que aqui se põe, resulta do artigo 39º da Lei das Finanças Locais, qualquer dos senhores deputados que quiser fazer contas chega a essa conclusão, resulta da própria lei, resulta do próprio Orçamento Geral do Estado, que foi aprovado para 2007 e se a Câmara Municipal de Coimbra cumpre a lei, não há possibilidade de censura nesta parte.

A sexta questão objectiva, diz respeito e constatamos que o ratio de liquidez geral está neste momento a subir, e subiu de 56.6 para algo que se calhar, daqui a alguns anos era impensável subiu, note-se para 163.16%, o ratio de endividamento começou a descer e começou a descer de 22.93 em 2005, para 14.51 e hoje encontra-se em 11.57, em relação a 2007. Isto é, algo também de absolutamente assinalável.

A sétima perspectiva que também analisamos objectivamente diz, respeito à taxa de execução orçamental. Aqui verifica-se que estamos perante uma taxa de execução na ordem dos 71%, o que é também muito importante, na medida em que 71%, quase que corresponde, quase que, vai de encontro à taxa de execução orçamental em matéria de receita. Nós estamos, neste caso, perante o orçamento corrigido, e como sabem ascendeu a 135.510 euros.

Esta situação verifica-se que em relação há GOPS, a taxa de execução por cabimento, estamos com 88.24%, e por compromissos na ordem dos 88.35%, os senhores deputados concerteza que, admitem honestamente numa perspectiva de honestidade política como é evidente que estamos perante taxas de execução muito elevadas.

Assim, como a taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos atinge também os 84% e os 76%, em matéria de cabimento e em matéria de compromissos.

Estamos portanto, perante percentagens muito grandes, que são excelentes quanto à execução orçamental sendo certo que, em matérias de receitas estamos na ordem dos 72.7 na medida em que o Município teve cerca de 98.5 milhões de receita.

Em matéria de transferências, relativamente ao ponto seis, que também seleccionamos, diz respeito às transferências correntes para as freguesias, houve de facto uma variação positiva na ordem 42.16%, em que em 2006, se verificou transferências na ordem de 2.635 e agora estamos com 3.746 milhões.

Não queria deixar também de dirigir uma palavra em relação àquilo que se verifica aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra. De

facto, a Câmara Municipal contribuiu com um subsídio na ordem dos 4.603 milhões porque fora a Câmara Municipal, os Serviços Municipalizados não têm outros subsídios do Estado.

Mas, verifica-se que, a Administração dos Serviços Municipalizados, que conseguiu algo, que também aqui à cerca de uns anos atrás, seria impensável, ou seja, conseguiu um resultado positivo, não obstante dos constrangimentos que o serviço de transportes social que é desenvolvido muitas vezes consegue criar dificuldades e constrangimentos e sabemos como é que isso assim funciona, no entanto o milagre da multiplicação neste momento verificou-se onde é apresentado um resultado positivo nas ordem dos 389 milhões de euros.

Muito rapidamente também queria fazer uma observação, tal qual o senhor vereador Marcelo Nuno à pouco referiu.

É que em relação ao tratamento discriminatório que nós verificamos em relação aos Serviços Municipalizados é algo que é revoltante e é de uma injustiça atroz em relação àquilo que se passa em Lisboa, em relação àquilo que se passa no Porto, eu até apelava que efectivamente aqueles senhores deputados municipais que têm assento na Assembleia da República tenham coragem e levantem esta questão em relação à Assembleia e ao Governo Central, e perguntem como é possível nós estarmos perante algo em que, em relação a Lisboa estamos com subsídios que chegam por exemplo na Carris, há ordem dos 48 milhões de transferência à sociedade de Transportes Colectivos do Porto, aos 18 milhões de euros e em relação a Coimbra e a outras regiões do País, tal não se verifica.

.

Intervenção do deputado municipal Vassalo de Abreu (PS):

“Queria transmitir-vos a posição do Grupo Municipal do Partido Socialista a respeito da matéria em apreço.

Ao longo destes cerca de três anos de mandato, o Grupo do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal adaptou sempre, uma atitude política de respeito, pela vontade dos cidadãos manifestada no último acto eleitoral autárquico.

Para nós em democracia, é tão importante ser governo como oposição, por isso se antes do papel da vontade popular nos conferiu não fazemos oposição por posição, antes exprimimos as nossas ideias, apresentamos as nossas propostas e manifestamos as nossas opiniões de acordo com o que entendemos ser, o interesse geral, ou interesse comum dos cidadãos do nosso Concelho.

É este o critério que norteia, a nossa actuação e temos por seguro que é isso que os cidadãos esperam de nós.

O projecto do Partido Socialista, para o concelho de Coimbra, era e é substancialmente diferente do da actual Maioria, contudo tendo aceite com humildade democrática o resultado das últimas eleições autárquicas, não nos resignamos perante a falta de divisão estratégica e a incapacidade que a actual Maioria demonstra, para enfrentar os desafios colocados ao desenvolvimento sustentado do nosso Concelho.

Lamentamos dizer-lo, mas sem ideias, sem chamadas com sinais visíveis de desagregação, a actual maioria assemelha-se, de facto, a um pouco mais de um simples governo de gestão corrente nesta fase decisiva para o nosso futuro colectivo.

É neste pano de fundo que se insere a posição do grupo do partido Socialista, sobre os Documentos de Prestação de Contas, submetidos à apreciação da Assembleia Municipal.

Assim consideramos, que a situação financeira global do municípios se mantenha ao mesmo nível de endividamento que em 2006.

Desde logo impõe-se salientar, que a melhoria de situação de tesouraria ocorre em virtude do aumento de endividamento de longo prazo por transferencia do endividamento a curto prazo. Por isso, trata-se ao nosso ver, de uma melhoria virtual de facto a realidade financeira da Câmara Municipal, traduziu-se na passagem de uma dívida de curto médio e longo prazo, de 70,939 milhões de euros em 2006, para 64,813 milhões de euros. Portanto, uma diminuição de apenas 6,127 milhões de euros.

Simultaneamente verificou-se um agravamento de dívida de curto prazo na Empresa Municipal SA “Águas de Coimbra” no montante mais de 3,71 milhões de euros.

A situação financeira desta empresa municipal, é ainda mais preocupante se levarmos em linha de conta, desde logo, que ela teve de suportar juros de demora por atrasos de pagamentos à Empresa Águas do Mondego, no montante de 41 mil euros. No conjunto a redução da dívida, foi pois, na nossa óptica insignificante, apenas 2,412 milhões de euros.

Ora, se considerarmos a falta de investimento, nestes últimos três anos, e a dimensão global do endividamento, tornam-se obvias as razões que fundamentam a nossa apreciação política sobre a situação financeira do Município de Coimbra.

Por outro lado, reafirmamos por esta circunstância o que já dissemos oportunamente. O empréstimo de médio e de longo prazo de 12,5 milhões de euros foi utilizado para pagar dívidas de curto prazo e não para fins de financiamento no âmbito das Grandes Opções do Plano nos termos do actual quadro legislativo.

Mantemos assim a nossa reserva, sobre a legalidade deste acto, aguardando a apreciação das contas pelo Tribunal de Contas.

No tocante às contas consolidadas importa salientar que os vereadores do Partido Socialista, na reunião da Câmara Municipal efectuada no passado dia 14 do corrente mês, entenderam que não só, não podiam votá-las, como recusaram assiná-las. Fizeram-no por motivos ponderosos que acabo aqui de relembrar de uma maneira sucinta.

Em primeiro lugar, os documentos pertinentes não foram nessa altura apresentados na forma devida, não sendo sequer acompanhados da certificação legal de contas e do parecer sobre as contas, apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, assim como do parecer sobre as contas emitidos por auditor externo.

Em segundo lugar, dos documentos então apresentados não constava sequer o relatório técnico explicativo.

Por último, no passivo foram abatidos 20,207 milhões de euros, sem se explique os movimentos subjacentes a tal anulação do passivo.

É pois com base num procedimento inquinado à nascença em sede de executivo camarário, que as contas consolidadas, são agora submetidas à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal.

Neste contexto, e pelos motivos a que se acabam de fazer a sucinta referencia, a posição do Grupo do Partido Socialista em face dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2007, é a seguinte:

Votar contra a Prestação de Contas respeitante à Câmara Municipal de Coimbra. Abster-se relativamente à Prestação de Contas respeitante aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

Seja-me permitido acrescentar ainda, duas breves considerações.

A primeira tem a ver com as chamadas indemnizações compensatórias.

Nós somos coerentes nesta matéria, sempre defendemos nesta Assembleia, que o Governo, qualquer que ele fosse, devia por termo a esta situação discriminatória. E se lerem as actas, desde os anos 80, da Assembleia Municipal, nós sempre defendemos esta posição, quer quando estivemos no Governo, quer quando estávamos na Oposição. O que verificámos e não podemos deixar de dizê-lo é que a bancada da Maioria, quando os seus partidos estiveram no Governo silenciou em absoluto esta questão. E só agora, porque está na oposição no Governo da República é que coloca esta questão. Mas isso não diminui a questão de fundo, e a questão de fundo é que Coimbra foi e continua a ser discriminada em matéria de indemnizações compensatórias e para reivindicar, um tratamento equitativo nessa matéria, o Grupo Municipal do Partido Socialista estará sempre na primeira linha como sempre esteve.

Uma outra questão, relativamente isto com todo o respeito que tenho pelo Sr. vereador Marcelo Nuno, em determinada passagem da sua intervenção tentou de algum modo condicionar, na minha perspectiva, a intervenção dos deputados municipais, dizendo que iria prevenir enormidades. Mas queria lembrar-lhe, um ditado anglo-saxónico segundo o qual há mentiras, há grandes mentiras, e há estatísticas. Mas tomo com boa a versão do Sr. vereador Marcelo Nuno, números são números, as palavras são dele, e de facto é esta a nossa leitura, é esta a leitura que fazemos dos números que nos foram apresentados.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

Vamos ao que nos trouxe aqui, uma parte mais intensa daquilo que tem a ver com a avaliação do trabalho efectuado por este Executivo.

“A apreciação que fizemos em Dezembro de 2006 aquando da apresentação das Grandes Opções do Plano para o ano de 2007, confirmaram-se no seu essencial. Afirmávamos, então, que o grande objectivo a prosseguir pela maioria do executivo camarário - a contenção orçamental- por si só não era uma virtude.

Assim seria, se correspondesse a um corte de despesa inútil, a uma maior responsabilização pela execução do programado, a uma busca de outros financiamentos que não a mera obtenção de receitas provindas dos municípios através dos impostos directos, por último, mas não menos importante, acompanhada de uma efectiva descentralização de competências e de meios financeiros para as freguesias, cuja capacidade de realização é incontestada.

Com efeito, mantém-se uma sobredotação orçamental face ao executado em sectores relevantes das Grandes Opções do plano -23,7% na Reabilitação, Urbana dos Centros Históricos; 22,19% na Dinamização e Promoção de Turismo; 22,3% na Acção de Desenvolvimento e Qualificação Urbana; 37,4/ no Apoio ao Associativismo Cultural e 46% para as Iniciativas Culturais Relevantes (e que dependem nestas áreas grupos e realizações culturais da

cidade);11% relativamente as Instalações e Equipamentos Desportivos ou 19% no fomento e Formação Desportivos.

Registamos o facto que a renegociação da dívida tenha permitido aligeirar os encargos financeiros de curto e médio prazo e tenha sido possível reduzir os prazos de pagamento a fornecedores. Esperamos que tal situação não seja meramente conjuntural e se confirme no exercício de 2008.

Mais, esperamos que a notória euforia em torno desta realidade não venha a ser esquecida quando se tratar de discutir as taxas dos impostos no próximo Outono. Não será razoável que nessa altura se esqueça o que agora é dito e se volte a propor aumentos de impostos aos Conimbricenses.

A receita do município continua a assentar e de forma crescente, nos impostos directos (aqueles assumidos directamente pelos municípios e que dependem de decisões da autarquia como o IMI e a Derrama).

O seu peso nos proveitos é de cerca de 40%, de longe a maior fatia das receitas, suplantando largamente as transferências correntes do Estado e as transferências de capital.

Se tomarmos só o exemplo do IMI e tal como a CDU não tem deixado de afirmar desde que este imposto foi criado, o seu crescimento tem sido constante, ainda que não haja aumento de taxa como no ano de 2007, ano em que cresceu eais 13,8% relativamente a 2006.

Ou seja. Há uma opção clara pela punição dos contribuintes, municípios de Coimbra, em detrimento da procura de outras soluções de financiamento.

Nomeadamente, fazendo cumprir as parecerias estabelecidas com outras entidades públicas ou sendo mais exigente na defesa dos interesses dos municípios Conimbricenses no que concerne ao tratamento desigual que merece do governo central no que respeita ao investimento público ou no financiamento dos encargos suportados com a transferência de competências desacompanhadas dos meios financeiros como é evidente ao nível da educação.

Porque carga de água o mísero protocolo de dez mil euros anuais estabelecidos com a AAC/OAF, pela utilização do Estádio Cidade de Coimbra não é cobrado?

E, proveniente do mesmo Equipamento, mantém-se por cobrar um montante de cerca de 330 000€ relativo a aluguer de espaços e equipamentos.

Porque se mantém a tibieza na exigência da comparticipação do Estado central no custo social de transportes públicos como faz nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Esta área custou aos Conimbricenses mais de quatro milhões de euros em 2007.

Esperamos que os deputados eleitos por Coimbra estejam à altura das suas responsabilidades e venham a votar favoravelmente a já apresentada iniciativa legislativa do partido “Os Verdes”.

Também no que concerne à educação os municípios de Coimbra vêm aumentar exponencialmente a sua comparticipação naquilo que deveria ser uma área de financiamento central.

Em 2007 o Município de Coimbra gastou um total de 6 411000€ nas várias componentes educativas transferidas para o município a recebeu cerca de um terço da comparticipação estatal (2 300 000).

Mas uma boa gestão orçamental tem, também, a ver com a capacidade de encontrar alternativas para a concretização dos objectivos. Nomeadamente associando entidades cuja capacidade de execução torna mais rápido e mais barato a sua realização.

É o que concerne ao nível da cultura e dos protocolos estabelecidos com entidades especializadas. É preciso é que se cumpram atempadamente e com dignidade.

Se é assim na Cultura porque não poderá ser nas freguesias?

Consideramos que é um erro que custa caro aos munícipes não ser aproveitada a capacidade dos autarcas das freguesias em fazer obras e a bom preço.

Para além de constituir uma violação reiterada dos compromissos eleitorais da maioria PSD/PP é, em nossa opinião, um grave erro de gestão transferir somente 3,9% do bolo orçamental de 2007 para as freguesias, situação agravada pelo facto de nesse ano ser paga dívida dos anos de 2005 e 2006 (apresentada como transferência desse ano).

Como se compreende, muito nos afasta da gestão da maioria PSD/PP.

Demonstramos, onde detemos o poder, a nossa capacidade de realização.

É possível fazer mais e melhor.

Quanto ao relatório Conta do ano de 2007 dos SMTUC

Como afirmamos em 2006 aquando da discussão das Grandes Opções do Plano, independentemente de o plano nacional para as alterações climáticas, ao contrário do definido para Lisboa e Porto, não apresentar metas relativas ao usos do transporte público para Coimbra, consideramos ser útil como medida programática e de gestão, a definição como objectivo prioritário atingir-se no curto prazo um aumento de 5% do número de passageiros.

Criar-se-ia, por meio , uma obrigação responsabilizadora quanto à tomada de medidas que levem a uma progressiva substituição do transporte privado pelo público.

O facto, que registamos com agrado, da existência de um aumento de 11% na procura dos serviços, indicia a possibilidade real de atrair mais gente para o serviço público de transportes.

Havendo esta tendência de crescimento, mais justifica, ainda a nossa proposta de lançamento de uma campanha de promoção do uso do transporte público que para surtir efeito deverá ser acompanhada por medidas concretas que limitem o abuso da utilização de viatura própria dentro da cidade, particularmente a criação de verdadeiros parques de estacionamento periférico, o aumento da comodidade e da velocidade de circulação das viaturas e um tarifário justo e atraente.

A ter havido uma política auto responsabilizadora quanto ao aumento da utilização teria sido possível no mínimo, um menor aumento dos tarifários, que foram bem acima da inflação verificada, 6,8% em 2006 e 5,7% em 2007.

Aliás, o próprio relatório o demonstra, será este um dos caminhos para a sustentabilidade e defesa do transporte público - o aumento dos seus utilizadores.

Basta verificar que o aumento da receita foi de 4,8% (nos passes e pré comprados – a maioria dos utilizadores) e de 8,4% no global da utilização da rede. Isto com um aumento de 2,5% de ocupação.

Se a este facto adicionarmos que os custos do gasóleo, durante 2007, aumentaram em 2,9% e os custos com pessoal, no mesmo período, aumentaram 1,3%, facilmente se constata que:

No mínimo, o aumento de tarifas foi exagerado;

A solução de sustentabilidade está como dizemos, no aumento da utilização.

Não merece portanto, em termos relativos um voto desfavorável este relatório e contas. Apresenta indicadores positivos e valiosos no caminho a percorrer na defesa do primado do transporte público dentro da cidade de Coimbra certos que é um factor importante para os índices de qualidade de vida na Cidade."

Intervenção da deputada municipal Maria Reina (Indep):

"Vou ser muito rápida, não só pelo adiantado da hora, mas porque também acho, que quase tudo ficou dito em relação a este ponto que nos é trazido aqui, hoje dos Documentos e Prestação de Contas, relativos ao ano de 2007.

Tudo foi dito em duas versões, na versão de quem nos quer vender um filme, cor-de-rosa e passe a nota da rosa, que não é rosa neste sentido, de quem faz como já se disse, com os números, os números não são exactos, 2+2 nem sempre são 4, depende da forma como o vemos, ou então daqueles que tiveram tempo de analisar, como deve, ser este relatório de Contas. Não foi efectivamente o meu caso, não tenho vergonha de o dizer e não foi porque acho inacreditável que terça-feira à noite passada tenha recebido em minha casa os documentos para analisar para hoje. Eu trabalho, não tenho assessores, não tenho ninguém que faça a leitura dos documentos por mim. Também acho que não devo ter ninguém que o faça, o que me parece que algo que foi apresentado, à Câmara Municipal no dia 14 e aprovado deveria chegar às nossas mãos com mais antecedência. São documentos importantíssimos para a gestão do município, são documentos que exigem uma leitura atenta, são documentos que não nos podemos dar ao luxo de votar apenas porque somos a favor ou contra quem está na Câmara Municipal.

Mas isto nota mais uma vez aquilo que já disse, e que não vou repetir muito, apenas que, efectivamente a Assembleia Municipal, é um órgão menor para a Câmara Municipal e por isso mesmo chegam os documentos, quando chegam se há tempo para os analisar ou não isso não é problema, porque se conta sempre que os votos estejam mais ou menos contados.

É por isso que, e pensei muito bem e reflecti, sobre aquilo, não como iria votar, isso porque tenho sempre uma profunda reflexão mesmo quando estava integrada na bancada "Por Coimbra", mas reflecti profundamente sobre as possíveis leituras que se poderiam retirar hoje do meu voto em relação a este ponto. Normalmente não penso nessas leituras, hoje pensei-o, e pensei que o mais importante de qualquer leitura, que alguém queira fazer de qualquer relação que queiram tirar, era eu ficar com a minha consciência tranquila.

Disse, uma vez aqui, quando se apresentou um empréstimo, que não voltaria a passar cheques em branco, e efectivamente eu não volto a passar cheques em branco a este Executivo Municipal. Não, por uma questão do Executivo Municipal mas pelos munícipes de Coimbra. Eles merecem que dentro de um ano e meio, esteja esta Coligação, esteja o PSD, esteja outro qualquer partido, efectivamente haja capacidade para gerir o Município e não haja um endividamento permanente.

Em relação ao caso dos SMTUC.

Gostaria de dizer que efectivamente eu vou votar a favor neste ponto. Vou fazê-lo, porque sou sensível para a disparidade que existe em relação aos Transportes Urbanos de Coimbra e aos de Lisboa e aos do Porto.

Concordo que muita coisa se poderia fazer, concordo que há formas de fazer pressão, estou à vontade, não temos nenhum deputado do CDS eleito por

Coimbra, nem sequer aí poderíamos fazer uma pressão forte, mas, efectivamente acho que é difícil gerir nas condições de desigualdade.

Portanto daí o meu voto de confiança.

Era apenas isto que queria referir, em relação às duas votações que vamos ter.”

Intervenção do deputado municipal Barbosa de Melo (Por Coimbra):

“Gostava de dizer só duas notas muito rápidas, uma vez que no essencial a posição do nosso grupo já foi aqui expressa.

Em primeiro lugar gostava de lembra aqui, nisto todos me acompanham, estamos todos de acordo, que controlar um défice, por as contas em ordem não é o objectivo de ninguém, é assim mesmo. Esta Câmara não está aqui, para controlar as contas, não é um fim, é um meio, é muito importante que se tenha esta ideia no fundo sobre as coisas. Este é um meio, mas um meio muito importante, se falharmos nessa matéria pomos em risco a viabilidade de iniciativas futuras.

Basicamente gostava de dar os parabéns à Câmara, porque certamente não terá sido fácil, ter sabido, neste mandato, resistir à tentação, porque são muitas estas tentações populistas de não contenção nos gastos. Enfim, no seguir do normal, há sempre muitas boas sugestões, muitas coisas interessantes, muitos foguetes que poderiam ser lançados, e a Câmara resistiu e tem resistido historicamente sobretudo nestes últimos dois anos a fazer despesa supérflua, tem, de facto, dado uma lição de como é possível num período relativamente curto arrumar a casa.

Mas arrumar a casa para quê? É este aspecto que gostava de salientar.

Nós nestes últimos anos, tivemos aqui um conjunto de circunstâncias muito desfavorável, tivemos enfim uma nova lei de finanças locais, que por um lado tem uma coisas positivas para o Município de Coimbra, aumento de receita que proporciona, tem umas coisas negativas, menos transferências, uma nova lei de finanças locais que pôs aqui alguns pontos de interrogação, ficámos todos sem saber o que vai acontecer e naturalmente se não sabemos o que vai acontecer temos de ser mais cautelosos.

Depois, há uma coisa muito importante, que não foi aqui salientada. É que nos últimos anos, acabou o dinheiro do Quadro Comunitário Europeu, e sabia-se desde há uns anos, que em princípio ia haver uma última oportunidade que está em cima da mesa o QREN, está a começar finalmente a arrancar. Reparem que uma obra municipal feita exclusivamente com o dinheiro dos contribuintes de Coimbra das transferências do Estado, por cada euro de obra, eu gasto um euro, se eu candidatar a obra se ela for apoiada por fundos comunitários, por cada euro de obra só gasto 30 cêntimos depende das taxas de comparticipação, portanto, os euros gastos em obras comparticipadas, são muito mais bem gastos e eu estaria muito preocupado se chegássemos agora ao início do QREN no momento onde estamos e visse que a Câmara não tinha capacidade de endividamento, que tinha as contas descontroladas e uma série de coisa que felizmente não vejo, nem nenhum de nós pode ver se olharmos com olhos de ver para os documentos que nos foram apresentados. Parabéns, por este esforço o nosso grupo fica muito satisfeito por saber, que agora que temos o QREN à nossa porta vamos estar em condições, vamos Coimbra, vamos Câmara Municipal de Coimbra, vamos estar em condições de o aproveitar da melhor maneira, coisa que não seria possível se este esforço não tivesse sido feito, certamente com custo de popularidade que são elevados.

Ainda bem que soube resistir a tudo isso, ainda bem que preparou o município para estar agora nesta posição confortável em que está, portanto parabéns e o nosso grupo vai votar favoravelmente estas Contas.”

Intervenção do vereador Marcelo Nuno:

"Eu falei nas enormidades, porque de facto ouvem-se quero dizer o seguinte. Há dois anos tive o cuidado de convocar todos os grupos municipais de lhes dizer que estava disponível para explicar o orçamento. De facto o orçamento é um documento técnico, denso, grande, extenso e tive o cuidado de convocar as pessoas para poder explicar melhor o orçamento. O Bloco de Esquerda esteve presente, lembro-me que só não fez pergunta nenhuma, como em Assembleia Municipal quis utilizar destabilizadas

Algumas das minhas expressões quando procurei explicar o orçamento e algumas justificações que dei erradamente depois aqui em Assembleia Municipal, não valia honestamente voltar a fazer o esforço.

Os outros grupos municipais não tiveram disponibilidade, tentei agendar mais horas, mais datas e não tiveram disponibilidade.

O único grupo parlamentar que tenho conseguido explicar alguma coisa é de facto o grupo da maioria, com quem ontem reuni aquém respondi naturalmente às perguntas, tiveram interesses os outros não tiveram, tenho sempre tempo disponível para isto.

Quero dizer também que tive o cuidado, está hoje aqui o revisor oficial de contas, o Director municipal, Director do gabinete de planeamento, qualquer questão de natureza técnica é subjectível de ser esclarecida, técnica não vou entrar em refazer as contas, e fazer novos cálculos de taxa de execução, não vale a pena perder tempo com isso, se tiver dúvidas se as quiser discutir estão aí os técnicos que seguramente terão muito gosto de explicarem como chegam a esses números são números e dois mais dois são sempre quatro.

Mais uma coisa que queria dizer, em particular, à deputada Maria Reina que tem muita dificuldade em ler os relatórios, mas eles estão disponíveis na Internet, quero dizer que nós somos das Câmaras, que cumprimos na integra com tudo o que diz a lei nesta matéria, nós disponibilizamos um conjunto vastíssimo de informação, permanentemente na Internet, que toda a gente pode consultar."

Intervenção da deputada Maria Reina:

"Senhor vereador, eu não tenho dificuldade em ler relatório, porque efectivamente eu até tenho, minimamente alguma cultura. Mas gostava de dia, gostava de diz só uma coisa, desde quando estão disponíveis na internet, essa é uma data importante. Fico também satisfeita que aproveita as estratégias, que uma vez aqui utilizamos para desmontar a proposta do Bloco de Esquerda, quando nós temos dificuldade recorremos a quem sabe, portanto Sr. Vereador, o próximo relatório de contas, eu irei pedir-lhe todos os elementos toda a sua atitude de benevolência para aquilo que temos alguma lentidão e compreensão das coisas para me explicar, mas olhe explique-me como se eu tivesse três anos."

Intervenção do deputado Vassalo de Abreu:

"Senhor vereador Marcelo Nuno, aprendi uma coisa que um grande pensador económico que dizia o seguinte:

A política é demasiada importante para ser deixada só aos economistas.

Nós não estamos aqui a discutir economia, há outro economista aliás, que disse que a economia só tem importância para quem não é economista. O senhor confunde as coisas, porque o seu raciocínio levaria o seguinte:

É que, as contas vinham aqui certificadas, e nós levantávamo-nos, aprovávamos e não discutíamos. Mas o que a lei diz é apreciação e deliberação da Assembleia Municipal. Por alguma razão assim o é, e quanto a observação que fez, sei muito bem o que disse e o que ai está escrito, o que quero saber é se os 12 milhões e meio de euros, do empréstimo foram como a lei determina para fim de financiamento do âmbito das Grandes Opções do Plano ou se foram para pagamentos de dívidas de curto prazo, é essa a questão.

Mas já não é a primeira vez que começa a sua exposição com um exercício que não lhe fica bem, é fazer uma comparação entre aquilo que é incomparável. Sabe qual é, é fazer uma comparação entre performance do senhor como grande gestor da Câmara Municipal e a performance das Contas Centrais. Fica-lhe mal! Não têm nada a ver uma coisa com a outra, não é preciso ser economista para perceber isso, seja mais humilde e respeite as pessoas que aqui estão que tem nos termos da lei, o dever de apreciar e deliberar as contas que o senhor apresenta, certificadas ou não, com pareceres ou não, não é uma questão puramente técnica como o senhor quer reduzir a questão. É uma questão política, e quanto a isto está na lei e o senhor não pode fazer nada, não reduza isto entre uma conversa entre economista, porque isto não tem significado só se entendem uns aos outros."

Terminado o debate o Presidente da Assembleia colocou à votação os documentos, do seguinte modo:

Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2007:

a) Câmara Municipal de Coimbra;

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, com vinte e sete votos a favor, oito votos contra e treze abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada de 14 de Abril corrente, o seguinte:

-Aprovar o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2007 da Câmara Municipal de Coimbra;

-Aprovar o inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, respectiva Avaliação, reportados à data de trinta e um de Dezembro de dois mil e sete, elaborado no âmbito do POCAL, e no cumprimento do disposto na alínea c), enormidades do nº2, do artº53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;

-Aprovar os documentos de prestação de contas, relativos a 2007, elaborados no âmbito do POCAL, e de acordo com a Resolução nº4/2001-2ª Secção-Instruções nº1/2001, do Tribunal de Contas e, em cumprimento do disposto na alínea c), do nº2, do artº 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;

-Aprovar as contas consolidadas relativas a 2007 e elaboradas nos termos do artº 46º, nº1 da Lei das Finanças Locais (Lei nº2/2007 de 15 de Janeiro);

-Aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício, que se cifra em € 6.281.620,48 (seis milhões, duzentos e oitenta e um mil, seiscentos e vinte euros

e quarenta e oito cêntimos) nas condições expressas no ponto 2.7.3. das notas do POCAL, concretamente:

-Transferência para a conta 59.005 – “Resultados Líquidos do Exercício de 2007”, do valor global do resultado líquido apurado no exercício.

-Transferência para a conta 57.1 - "Reservas legais" - no valor de €314.081,02.

-Manter na conta 59 - Resultados transitados, o valor remanescente.

-Aprovar, como 1ª revisão do orçamento de 2008, e nos termos propostos pelo Executivo, a utilização do saldo de disponibilidades orçamentais apurado no exercício de 2007 no montante de € 2.315.819,04, em conformidade com o estabelecido na nota técnica 8.3.1.4 do POCAL e, em cumprimento das disposições conjugadas na alínea b) do nº2 do artº 53º e a alínea c) do nº2 do artº 64º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro alterado e republicado pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro”.

Nos termos do nº2 do artº47º da Lei das Finanças Locais foram presentes à Assembleia Municipal as certificações legais de contas e os pareceres sobre as mesmas elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

b)Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra:

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, com trinta e nove votos a favor, nove abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada de 14 de Abril corrente, aprovar o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de dois mil e sete, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 4-Carta Educativa do Município de Coimbra:

Intervenção do deputado Serafim Duarte:

"Aqui temos de novo em discussão a Carta Educativa de Coimbra. Se a primeira Carta era má, tendo merecido a nossa crítica e conseqüente reprovação, esta segunda versão, recauchutada, não é melhor, como adiante passaremos a demonstrar.

As justificações apresentadas, pelo presidente do executivo e directo responsável pelo pelouro da educação, para explicar o chumbo da primeira Carta são, no mínimo, inconsistentes e sem sustentação técnica ou política crível, apenas evidenciando a incompetência política e a sua falta de visão estratégica de futuro.

A Educação constitui para nós, uma das principais preocupações políticas e um claro campo de investimento prioritário para o nosso concelho e para o país. Para vencer o atraso estrutural de que secularmente padecemos e construir uma escola pública e universal que realmente qualifique para a vida e para a cidadania, é preciso investir muito mais. Desde logo no apoio à infância (creches e pré-escolar) e num ensino básico e secundário de qualidade.

Neste contexto, torna-se evidente que as necessidades educativas das nossas crianças e jovens não se conformam com as escolas primárias do século XIX: uma sala, um quadro, um professor, uma dúzia de alunos, distribuídos pelos quatro anos a leccionar e um recreio. As crianças e as famílias têm direito a uma escola a tempo inteiro, com respostas eficientes e de qualidade, quer nas aprendizagens, quer no apoio à família e na ocupação dos tempos livres, em espaços diversificados e adequados.

Neste sentido, um dos objectivos estratégicos a definir na Carta Educativa deverá ser a instituição do princípio de um professor por turma/ano e não uma turma por sala, formulação encontrada na Carta Educativa (p.24) e que pode ser motivo de equívocos, na medida em que na mesma sala e com o mesmo professor a turma poderá integrar crianças em níveis diferentes de ensino, o que de todo deve ser evitado.

O segundo objectivo estratégico de planeamento enunciado na Carta, que assenta no privilegiar da proximidade geográfica dos equipamentos educativos às zonas de residência, aparentando grande dose de razoabilidade escamoteia, contudo, a questão essencial. Pois que mais importante que assegurar a proximidade dos equipamentos educativos, num concelho onde as redes viárias e os transportes públicos não colocam problemas de maior à mobilidade, é assegurar a qualidade desses mesmos equipamentos em todas as suas dimensões: arquitectónica, funcional, ambiental e educativa. Uma tal orientação implica obrigatoriamente a construção de novas escolas para o 1.º Ciclo que possuam refeitórios, bibliotecas, espaços apropriados para a prática da educação física e para actividades de complemento curricular, espaços diferenciados para a ocupação de tempos livres, bem como de espaços de convívio e transportes de qualidade. É igualmente indispensável que sejam climatizados e possuam acessos de emergência; que os professores disponham de gabinetes de trabalho e haja instalações sanitárias condignas; é indispensável que os jardins-de-infância possuam ainda espaços para sesta, sobretudo para as crianças mais novas.

Um programa destes pressupõe a necessidade de construção de raiz ou, no mínimo, uma profundíssima renovação e ampliação de alguns dos equipamentos já existentes, pouco compatível com uma política de remendos e ampliações de escolas de uma, duas ou três salas, para quatro, como se aponta na Carta Educativa. Esta é uma solução que não permite responder cabalmente às necessidades educativas das crianças nem tão pouco lhes proporcionará igualdade de oportunidades de aprendizagem e de sucesso. Antes, se correrá o risco de cavar, ainda mais fundo, as diferenças entre escolas pequenas e acantonadas nas freguesias rurais e semi-urbanas e as dos centros educativos da cidade. É uma solução mais barata que sairá mais cara à cidade e aos seus municípios.

Em alguns casos um centro educativo construído de novo ou convenientemente adaptado pode servir muito melhor freguesias contíguas do que a manutenção de pequenas escolas sem condições disseminadas por cada uma das freguesias. Estamos a falar de localidades muito próximas umas das outras, servidas por boas vias e transporte fácil. A transformação dos pequenos aglomerados em meros dormitórios, sem vida própria, combate-se desde logo com correctas políticas de ordenamento urbano e territorial, de mobilidade e transportes, de implantação de serviços públicos de qualidade e eficientes e não com uma política inconsistente de meros remendos.

Na anterior Carta Educativa criticámos a solução que era apresentada de transformação das actuas EB23 em EB12, com a conseqüente drenagem de alunos do 3.º ciclo para as Secundárias. Na Carta agora apresentada a solução encontrada para dar resposta ao défice de oferta das escolas do 1.º ciclo, nem por isso é melhor. Com efeito a transformação das EB23 em EB123, que no limite poderia ser uma medida excepcional, passa a ser adoptada como regra geral. Esta é uma opção que, na opinião do BE, constitui um grotesco erro pedagógico de conseqüências imprevisíveis e preocupantes que nos deixa bastante apreensivos. Com efeito, parece-nos grave despejar crianças de 6 a 10 anos de idade em espaços que não foram concebidos para estas idades, como é o caso das EB 2/3 e onde se vão juntar com jovens de 14 a 18 anos, com todos os problemas, nomeadamente de insegurança, bullying, etc., que daí poderão advir. Há que dizer que as EB23 não foram concebidas, em termos de espaços, equipamentos e organização para receber crianças de tão tenra idade, nem tão pouco estão minimamente preparadas para tal, qualquer solução encontrada nesta lógica não passará de um remendo precário.

A principal preocupação plasmada nesta Carta Educativa parece ser a da poupança de recursos financeiros, contornando a necessidade de investimentos estruturantes e modernizadores da rede educativa do concelho. Se não vejamos, na primeira Carta estava prevista a construção de raiz de três novos centros educativos para o 1.º ciclo, com 12 salas cada, na Solum, em Eiras e em Santo António dos Olivais, agora apenas se prevê uma nova EB1 na Solum. Paradoxalmente as freguesias onde se verifica um maior crescimento demográfico e um conseqüente aumento da procura educativa são Eiras, S. Paulo de Frades e Santo António dos Olivais. De uma penada, no conjunto dos investimentos previstos a curto e médio prazo, poupam-se 2.530.000 euros. Quer-nos parecer uma poupança que irá sair cara ao futuro da educação dos nossos jovens.

Para além de outras considerações, merece-nos, ainda, forte crítica o facto de não se assegurar, nem se prever, a oferta educativa pública em alguns concelhos onde apenas existe oferta privada. Esta situação é particularmente notória ao nível das EB23 e Secundário, nomeadamente em Cernache, Souselas e Almalaguês.

No que diz respeito à rede educativa e de apoio à infância a Carta mantém no essencial, os investimentos previstos na primeira, prevendo a construção de novos jardins-de-infância em Eiras (antes 4 salas, agora apenas 3), S. Martinho (3 salas) e santa clara (apenas 2 salas). A Carta Educativa aponta como estratégia para suprir carências de outras freguesias o recurso às ofertas disponíveis nas freguesias de Almedina, Santa Cruz e Sé Nova, onde a capacidade instalada é bastante superior à população residente. Porém num total de 16 JI, apenas 2 são JI públicos (1 em Almedina e outro em Santa Cruz). A maioria é privada praticando preços só ao alcance de poucas bolsas.

Parece-nos absolutamente crucial que tendencialmente se estabeleça a obrigatoriedade de frequência do Pré-escolar a partir dos 4 anos de idade, de modo a promover desde cedo, quando ainda é possível intervir, uma maior igualdade de oportunidades a todas as crianças.

Já no que diz respeito à rede de apoio à primeira infância (0-3 anos) não prevista na Carta Educativa, parece-nos da maior importância que se tomem medidas efectivas para o alargamento da oferta de uma rede de creches públicas.

Atente-se no facto de que das 31 freguesias, doze, todas da periferia urbana, não têm creche. Mesmo nas freguesias urbanas a oferta proporcionada pela rede de solidariedade social é escassa e a oferta de iniciativa privada é inacessível para a esmagadora maioria, orçando entre os 250 e os 350 euros mês por criança. Em suma, as opções plasmadas nesta Carta Educativa configuram uma orientação, a nosso ver, profundamente errada. Coimbra passa ao lado de uma oportunidade soberana de modernizar a sua rede educativa adequando-a às novas exigências e necessidades educativas das crianças. Por isso não podemos deixar de votar contra."

Intervenção do presidente da Junta da Ribeira de Frades

"Por norma não é meu habito intervir por dá cá aquela palha neste plenário municipal, porque entendo que só se deve tratar aqui nesta casa de questões importantes, tudo em prol da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que nos elegeram.

Assim e antes de entrar propriamente no tema em questão sobre a Carta Educativa, gostaria e porque está directamente ligado ao tema, de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se independentemente da aprovação hoje desta Carta Educativa, se mantém para realizar ainda este ano a obra de beneficiação do recreio da escola EB1 de Ribeira de Frades, conforme verba definida em Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal.

A minha questão é importante, necessito de uma resposta de V. Ex.^a, porque as crianças aguardam impacientes a sua promessa efectuada no dia 22 de Junho de 2004, não querendo eu sequer pensar que enganou as cerca de 100 crianças que na altura cantaram e encantaram V. Ex.^a. Tendo esperança que nas férias os trabalhos possam efectivamente realizar-se.

Voltando agora ao tema da Carta Educativa e no que se refere à minha Freguesia, ou eu não sei ler, ou então tudo ou quase tudo que se encontra referido sobre a minha freguesia está errado.

Toda a zona sul do concelho se encontra numa fase muito forte de crescimento populacional, muito se devendo ao número importante de loteamentos aprovados, alguns hoje em construção e felizmente a serem habitados, promovendo assim o crescimento inequívoco das freguesias a sul do concelho, a nível populacional.

Na pág.21 do documento que nos chegou e em rodapé, a nota (4) refere-se que a escola EB1 de Ribeira de Frades se encontra no ano lectivo em curso, 2007/2008, a funcionar em regime de desdobramento parcial/total.

Tal facto não é verdade, porque se assim acontecesse e houve pedidos neste sentido, não só na Direcção da escola, como também da Associação de pais, mas que não foi autorizado, (o que não foi o caso de outras escolas), aliás referidas no documento, mas o mais grave é que obrigou a que a turma do 4ºano tivesse que se deslocar para a Escola EB2.3 de Taveiro, com prejuízos calculáveis para crianças com 8/9anos, habituadas durante cerca de 5 anos a conviverem naquele espaço com professores e colegas e também para os pais a terem dúvidas quanto à adaptação dos seus filhos a uma escola, onde já se encontram jovens com idades de 16 anos, além da deslocação ser bastante maior.

Na altura foi pedido um contentor para uma turma, mas a nossa escola não foi contemplada, o que já não foi o caso de outras 3 ou 4.

Mais à frente na pág. 31, não é contabilizada a turma que neste momento está em Taveiro mas que pertence por direito à EB1 de Ribeira de Frades, passando assim o número de salas do B1 a 5 e não 4 como se lê no documento.

Logo a seguir na pág.33, e como consequência do anterior, não são contabilizados para a Ribeira de Frades, os 24 alunos do 4º ano que se encontram em Taveiro, passando assim o número de alunos para 96 e as turmas para 5.

Na pág. seguinte como proposta o que se sugere é a atribuição de 4 salas da EB2.3 de Taveiro ao 1º Ciclo. Espero que a Câmara resolva o problema da falta de espaço para uma turma na Escola EB1 de Ribeira de Frades, à semelhança do que aconteceu este ano lectivo em Antanhol, S. Martinho do Bispo e Assafarge.

No Programa de Execução (páginas 38 e39) e apesar de já termos sido prejudicados este ano, com a passagem de 24 alunos para a EB2.3. de Taveiro, o documento aponta unicamente para 2012-2015 a requalificação e manutenção da EB1 de Ribeira de Frades, não definir sequer o que pretende fazer.

Na página 45 continua errado o número de salas do Jardim-de-infância e EB1 de Ribeira de Frades é neste momento de 6 salas (1 Jardim-de-Infância e 4 na EB1 e 1 na EB2.3).

Para finalizar e pedindo desculpa pelo tempo que vos tomei, na página 53 onde dá a entender que houve um inquérito às escolas para se inteirarem das insuficiências dos recursos físicos dos estabelecimentos da rede pública do município de Coimbra, observa-se que a sua maioria não respondeu.

Quero dizer que o Director da EB1 de Ribeira de Frades afirmou não ter sido inquirido, a Associação de Pais não tem conhecimento de qualquer inquérito e se me permite Sr. Presidente, será que não deveria ter havido contactos com as respectivas Juntas de Freguesia, em quem a Câmara Municipal delega competências para pequenas reparações, para se pronunciarem sobre o estado das escolas da sua área de jurisdição?

Calculamos que sim, e com certeza as Cartas Educativas reflectiriam muito melhor a realidade das nossas escolas, principalmente dos Jardins-de-Infância e Escolas do 1º Ciclo do ensino Básico.

Se estas alterações não forem contempladas votarei contra a proposta para a Carta Educativa do Município de Coimbra.”

Intervenção da deputada municipal Maria Reina (Indep):

"Acho que esta última intervenção nos deixou bem claro, com exemplos concretos de como foi feita e como foi reformulada esta Carta Educativa de Coimbra.

Gostaria de relembrar a todos que na anterior Carta Educativa, aquela que foi chumbada vergonhosamente pelo Ministério da Educação, não pelo o que o Ministério a tenha chumbado, mas sim, pela forma como nós a apresentámos.

Nessa altura, absteve-me e justifiquei aqui porquê, havia uma proposta concreta e clara, do que nos permitiria reformular sem custos e sem passar pela vergonha do chumbo desta Carta Educativa.

Não vou votar esta Carta Educativa, e se alguma dúvida tivesse, depois do que ouvi aqui anteriormente, pelo presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de Frades, já mais poderia fazer, mas gostaria apenas em consciência que pensássemos. Se esta Carta Educativa voltar a ser chumbada e se alguém quiser fazer politica como quis fazer anteriormente com esta mesma carta educativa,

tendo passado pela vergonha de dizer “Coimbra não tem” e o Secretário de Estado ter que vir referir que “Coimbra não tem” porque Coimbra não tem a sua Carta Educativa aprovada. Ou seja, para todo o País saber.

Espero que pelo bem do Município a errada seja eu, que esta Carta Educativa mereça a aprovação e que dentro de 5/6 anos estejamos todos a considerar que foi uma boa provação para aqueles que os fizeram, não tenho nenhum problema nessa altura de reconhecer, errei para bem do Município. Por enquanto tenho dúvidas e não vou votar desta vez a Carta Educativa de Coimbra.”

Intervenção da deputada municipal Margarida da Fonseca (CDU):

“Na perspectiva da CDU esta nova versão da Carta Educativa do Concelho de Coimbra é substancialmente diferente da que nos foi apresentada em Dezembro de 2006 verifica-se um avanço positivo quer no estudo, pela precisão de alguns dados que retratam a realidade actual da oferta escolar, quer nas opções de planeamento.

Contudo é de lamentar que, mais uma vez, e apesar dos apelos feitos em Dezembro de 2006, esta Carta educativa não tenha sido sujeita à discussão pública. Seria um momento fundamental para reconhecer contributos que poderiam melhorar este documento, para além de ser um espaço para esclarecer e dissipar dúvidas que esta Carta contém, e das quais adiante darei conta. Esta tem sido uma postura constante desta Autarquia – o recusar o debate público quer se trate de educação ou de outras matérias, onde, na perspectiva da CDU, os munícipes têm e devem ser envolvidos.

Passando à análise da Carta Educativa começo por referir que a CDU se congratula por ver espelhado, em algumas das soluções de planeamento para a reorganização da rede escolar do concelho, muito do que foram as suas reivindicações e as suas propostas. Nomeadamente a manutenção do espaço físico. A defesa de “Melhores escolas perto de casa” que foi o lema de uma intensa campanha que o PCP dinamizou em 2007 no concelho de Coimbra, está claramente assumida nesta Carta Educativa, mais propriamente no ponto Objectivos de Planeamento, em que o objectivo 2º refer, e cito “Assegurar uma adequada proximidade dos equipamentos educativos às zonas populacionais, por forma a contribuir para que essas zonas e aglomerados, tendo vida própria todo o dia, não se transformem em meros dormitórios.”.

Fazendo uma análise mais específica das propostas de planeamento, pois são elas que definem o desenho da rede escolar até 2015 e respectivos investimentos a CDU considera:

1. Com base no princípio atrás citado (objectivo 2º) a CDU entende que mesmo as escolas que têm apenas uma sala, e que nesta Carta Educativa se sinalizam para encerramento, deve ser equacionada esta opção pois, o número de alunos e a perspectiva de aumento da população escolar pode merecer uma ampliação. Dou como exemplo a EB1 de Trouxemil ou de Vil de matos, localidades onde a população infantil aumentou (de 1 a 20% segundo os dados) com a vantagem de estarem agregadas a Jardins de Infância, o que corresponde, após intervenções de requalificação, a um dos modelos previstos pelo Ministério da Educação. Chamem-lhes Centros Educativos chamem-lhes EB1/JI, são sempre tipologias com mais de um ciclo de ensino, tal como as regras exigem.

No que refere às escolas do 1º ciclo com apenas uma sala de referir que no anexo I, estes dados estão desactualizados pois das 10 EB1 de uma sala (não

contando com a Paralisia cerebral) 7 o Ministério da Educação mandou encerrar em 2007 portanto restam 3, as 2 atrás referidas e a EB1 de Vila Verde.

2. No que se refere à requalificação das escolas do 1º ciclo, a Carta Educativa propõe aumento do número de salas, sobretudo naquelas com número inferior a 4 salas, ou em situações onde o regime de desdobramento ainda persiste, no cumprimento de mais uma das directivas do Ministério da Educação, que pretende fechar (é sempre bom lembrar) escolas com uma frequência inferior a 20 alunos e com menos 4 salas. A CDU sempre defendeu a aposta na requalificação e ampliação contudo quando se diz que se vai construir mais 2,3 ou 4 salas as mesmas destinam-se a quê? Salas de aula? Ou também outros espaços tendo em conta as novas exigências da escola do 1º ciclo? Refeitórios, espaços para actividades extra-curriculares, áreas polivalentes...

Em 2007 das escolas que o Ministério da Educação mandou encerrar, 3 tinham duas salas – Alcarraques, Lages e S. facundo. Tendo em conta as opções desta Carta Educativa a **CDU deixa aqui um desafio a esta Autarquia** – porque não reabrir estas escolas? Fazia sentido e justificava-se até pelo descontentamento, algum manifestado pós encerramento e sentido as consequências do mesmo, como por exemplo Alcarraques. Analisemos por exemplo a EB1 das Lages: tem melhores condições físicas do que a EB1 do Rossio de Stª Clara que foi escola de acolhimento; tem terreno envolvente que permite uma considerável ampliação; está numa zona residencial em expansão.

3. Passagem de turmas do 1º ciclo para EB2/3 em zonas onde o estudo aponta carências de salas do 1ºciclo e excesso de salas nas EB2/3. A CDU (Escolas Básicas Integradas) modelo que surge nos anos 80, que integra desde o pré-escolar até ao 3º ciclo e que o concelho de Coimbra teve desde então como experiência piloto a EBI do senhor da Serra (actual BEI Ferrer Correia). Em termos de espaços físicos é um modelo viável e consubstanciado nas regras do Ministério da Educação, em termos pedagógicos e organizacionais cumpre o princípio básico em educação de sequencialidade e articulação entre ciclos de ensino. Mas, e esta é uma ressalva que a CDU considera pertinente, como pretende a Autarquia proceder a esta passagem de turmas do 1ºciclo? As actuais EB2/3 não estão fisicamente preparadas para receberem alunos desta faixa etária. Os equipamentos não são os adequados. A CDU só aceita esta opção da Câmara de Coimbra. Uma vez que a Carta Educativa não especifica as obras a executar nas EB2/3, assumir aqui e hoje, porque vamos votar esta Carta Educativa hoje, que não se procederá à passagem de turmas do 2ºciclo sem que se tenham feitas as devidas adaptações que salvaguardem o bem estar e seguranças das crianças do 1ºciclo.

Quando no início desta intervenção referi a ausência do debate público sobre este documento e disse que o mesmo poderia servir também para dissipar dúvidas, esta é uma delas, que está a preocupar o Agrupamento dos Pais porque, uma das falhas deste documento, é ser pouco específico no que respeita à função dos espaços que se propões construir (salas) e às adaptações a executar nomeadamente nesta situação do 1º ciclo passar a integrar as EB2/3.

4. No que respeita a novas construções entendemos a escolha da localização da EB1 prevista – zona da Solum – bem como as localizações dos novos Jardins-de-infância. Contudo não podemos deixar de referir que em relação à rede pública de educação pré-escolar continuamos a ter freguesias onde essa oferta ainda existe, entendendo a CDU que este investimento deve ser feito quanto

mais não seja pela tão apregoada “liberdade de escolha dos pais” que, se serve de argumentação para determinadas situações, também aqui se tem de aplicar.

5. No ponto 5.1.3 desta Carta Educativa – Intervenções a realizar – quando se definem as intervenções nas zonas de Pedrulha e S. Silvestre, considera-se que o Instituto de Lordemão e o centro de Estudos Educativos de Anca podem absorver, e cito “a parte da procura projectada não coberta por este aumento da capacidade...”. É inadmissível que, no momento em que se procede à reorganização da rede escolar do concelho, a mesma não se faça prevendo o lugar para todos na escola pública. A rede privada, mesmo a que possui o estatuto de contrato de associação, é sistema supletivo, no princípio de que ao Estado compete assegurar uma rede pública de estabelecimentos de educação. Estes princípios estão definidos no artº 75 da Constituição da República Portuguesa e no artº 40 da Lei de Bases do Sistema Educativo. A CDU considera que, no cumprimento da legislação em vigor, a redacção destes pontos deve ser alterada pois, o recurso às referidas instituições só pode decorrer das opções das famílias que, com base na liberdade de escolha o pretendam fazer.

6. Uma outra situação que nos suscita alguma apreensão, embora se justifique neste documento o motivo dessas opções (questão geográfica o limite das freguesias) é a passagem de algumas EB1 de Agrupamento. Porque se o motivo técnico é o apresentado e o mesmo se possa perceber em termos práticos algumas situações podem ser descabidas. Por exemplo para os alunos da EB1 do dianteiro parece mais fácil a deslocação para a EB2/3 Eugénio de Castro do que para a EB2/3 da Pedrulha. O mesmo se aplica aos alunos da EB1 de Coselhas – Martim de Freitas/ Pedrulha. Com a agravante de que o Agrupamento da Pedrulha e já um Mega Agrupamento quer no que respeita à área geográfica quer no que respeita ao número de escolas. Será isto vantajoso? Este é um exemplo de que a discussão pública seria importante para ouvir os pais e os órgãos de gestão.

7. O Plano de Funcionamento exige alguma clarificação especialmente no que respeita aos quadros 1.1 1.2 – estes custos vão ser suportados totalmente pela Autarquia? A Câmara não se vai candidatar ao financiamento do QREN? Para concluir termino como iniciei. A CDU considera que esta Carta Educativa respeita princípios que defendem o concelho de Coimbra, os seus alunos e as populações, mas ficará atenta à operacionalização do Plano de Execução nomeadamente no que se refere à qualidade da requalificação das escolas do 1º ciclo (espaços diversificados que respondam às novas exigências) e especial atenção às intervenções a fazer nas EB2/3 que vão acolher alunos do 1º ciclo. A CDU não deixará de intervir caso as soluções não correspondam às necessárias medidas de melhoria e segurança das nossas escolas.”

Intervenção da deputada municipal Manuela Rodrigues (BE):

"Num show off, ontem realizado e hoje noticiado nos jornais, Carlos de Encarnação fez questão de mostrar à comunicação social o Jardim de infância de Montes Claros, ainda em obras, e a localização e descrição da futura escola do 1º CEB, na Solum, assim como quem se mostra o fato do imperador. Seria bom que a Câmara de Coimbra garantisse a todos os municípios igualdade de condições, porque de facto, se esta Carta Educativa garantir a todas as crianças do município condições idênticas as que vão ter as crianças que vão frequentar os jardim de infância de Montes Claros, e da futura escola do CEB da

Solum em todo o Município nós não teríamos nada contra, a esta Carta Educativa. Mas não é isto que acontece, pelo contrário, o que acontece é o desaparecimento inclusivamente da escola por exemplo de Eiras, que estava prevista na outra versão da Carta e que agora já não está, quando se trata da 3ª freguesia do concelho, e em grande expansão.

Portanto, esta carta não oferece nenhuma condições para ser aprovada e o que faz é um incapacitado serviço ao ensino privado, com os preços que já foram referidos e simplesmente poupar e servir mal todas as crianças."

Intervenção do deputado municipal Luís Santarino (PS):

"Tive a oportunidade, antes de vir para aqui, porque sou Presidente de um Agrupamento de Escolas, tirar todas as dúvidas, ou seja se alguma vez o Agrupamento de escolas da Pedrulha, tinha sido ouvido para a elaboração desta Carta Educativa, nunca foi ouvido.

Mas o Grupo Municipal do Partido Socialista entende apresentar uma moção sobre a Carta Educativa.

Moção

Uma Carta Educativa é o principal instrumento de apoio às decisões que de futuro deverão ser tomadas para gerir os destinos da Educação no concelho de Coimbra.

È um instrumento de planeamento que após a análise da realidade deverá apontar para as soluções que melhor servem, os jovens as famílias, os professores e a comunidade.

O programa nacional para o reordenamento escolar do ensino básico da educação pré-escolar, aponta para uma nova metodologia e de intervenção a que a Carta Educativa, não pode nem deve ficar alheia.

A Carta Educativa que agora nos é proposta apresenta algumas falhas graves, nomeadamente ao nível da definição futura de desenvolvimento sustentado do concelho de Coimbra.

Este documento após análise quantitativa não apresenta uma visão qualitativa e é aqui que reside sobretudo a sua enorme falha.

Entendemos que é um documento final, muito fraco. Bastaria aliás, olhar para cartas educativas de outros concelhos para o perceber.

Existem erros em algumas freguesias, que deverão ser corrigidos.

A Autarquia de Coimbra tem responsabilidades acrescida.

Parte do principio que a taxa média de crescimento, se manterá igual a 91/2001, o que nos parece um erro clamoroso.

Entende como determinante, a qualidade de oferta educativa, pelos resultados atingidos em exames nacionais e provas de ingresso do ensino superior. Além da satisfação dos pais e encarregados de educação, só na perspectiva pedagógica sem definir o que é oferta educativa.

Parte do conceito de freguesia, quando deveria partir do conceito de áreas geográficas, por si só, este facto é claramente limitativo à evolução dos jovens residentes nas localidades mais afastadas.

Assim sendo, existe um receio fundamentado, que a autarquia deseje manter, não, um professor por turma como é desejável, mas antes um professor para jovens de várias idades.

Este é um erro do passado que nos poderá custar bem caro no futuro.

Esta Carta Educativa é absolutamente redutora, dado que também não prevê, nem perspectiva o que poderá ser educação até aos 3 anos de idade. Não prevê que a autarquia organize uma rede de transportes escolares.

Não apresenta nem define, qual intervenção das escolas EB2/3, para receber os alunos do 1º ciclo.

Como irá fazer essa adaptação, sem o acordo com o Ministério da Educação, pois só ele poderá intervir e investir nessas escolas.

Poderemos estar na presença de uma falácia.

Apesar da Carta Educativa ainda não estar aprovada pela Direcção Regional do Centro, têm sido aprovados planos de obra em vários estabelecimentos de ensino.

A avaliação do parque escolar existente relacionada com o 1º ciclo e pré-escolar está deficientemente elaborada.

A arquitectura dos equipamentos, não determinam que haja salas para o ensino das novas tecnologias da informação e da comunicação. Estas são duas áreas de enorme importância para a formação dos alunos

Não está prevista a concessão de nenhum centro educativo, o que poderá desde logo determinar mais uma vez, a reprovação deste documento.

O concelho de Coimbra tem características para que sejam criados de raiz, centros educativos que promovam interacção em detrimento e isolamento das nossas crianças e jovens.

Este documento deverá ser dinâmico e como tal devidamente acompanhado.

Há sua constante actualização, deverá corresponder a sua monitorização, avaliação e validação.

Governar é prever e prover, atentando que prover, significa tomar providências.

Esta Carta Educativa, terá de sofrer muitas e significativas alterações.

Este é um documento com vários anos de atraso, apesar de estar a ser elaborado desde longínquano de 2003.

Coimbra merecia muito melhor.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista, entende propor a esta Assembleia Municipal.

Que a Carta Educativa seja enviada às Juntas de Freguesia. Para que estas se possam pronunciar, sobre eventuais erros, que tenham detectado no prazo máximo de 15 dias.

Que após a recepção das correcções, seja enviada para discussão em Assembleia Municipal convocada para a sua efectiva discussão e aprovação e que após a sua aprovação deverá ser constituída uma comissão de acompanhamento que integre um vereador, um membro de cada partido político ou coligação e dois técnicos da autarquia.

Intervenção do Presidente da Câmara

"Só quero dar dois esclarecimentos muito rápidos porque, penso que a pior coisa que poderemos estar a fazer aqui é a estar a eternizar esta discussão.

Só quero lembrar a alguns dos intervenientes, a razão pela qual no dizer da Direcção Regional de Educação, o documento que nós apresentámos não se encontrava em sintonia com os normativos de política educativa, pelo que inviabilizava o ser favorável do Ministério da Educação, porquê?

Porque ao contrário de muito dos senhores que intervieram, conforme as orientações da política educativa, se recomenda o maior esforço, de

concentração do parque escolar, evitando-se a vinculação dos edifícios a único nível de ensino. Desta forma sempre que possível, devem ser privilegiadas unidades físicas de maior dimensão, centros escolares, que inclua pré-escolar e 1º ciclo e quando adequado 1º 2º e 3º ciclo do ensino básico. E portanto, já V. Exas. percebem como é que era difícil nós darmos a entender ao Ministério aquilo que queríamos e a realidade que temos, quando o parecer do Ministério através da Direcção Regional era um parecer chancelário de quem preenche o formulário e faz uma cruz num quadrado.

A realidade do concelho de Coimbra é completamente diferente desta, a realidade de Coimbra tem 25 centros educativos, que não são um único edifício, pois não, são edifícios contíguos de EB1 e pré-escolar. Já existem não vou deita-los a baixo, para fazer centros educativos.

A realidade do concelho de Coimbra tem vários EB1 e jardins-de-infância, coexistentes entre oferta pública e oferta social, na mesma freguesia. Não vou deitar abaixo cada um deles para construir um centro educativo.

A realidade do concelho de Coimbra, diz-nos que há um centro da cidade com um tipo de problemas e uma periferia com várias freguesias e lugares que não podem ser, desertificados.

Por minha vontade não fecho nenhuma escola, em relação à qual a população e a junta de freguesia se manifestem contra e os pais se manifestem contra.

Isto foi claro desde o princípio, e os exemplos que tenho dado foi sempre no sentido contrário. Não vou deixar de fazer, porque o panorama não é bom, em muitos dos casos, as melhorias que eu considero essenciais para as escolas poderem funcionar com decência.

É dentro deste princípio que a nossa Carta Educativa, foi refeita e foi elaborada. Tive a oportunidade de perguntar, uma vez mais, ao representante do Ministério da Educação, no Conselho Municipal de Educação, porque é bom de ver, que isto vai sempre ao Conselho Municipal de Educação, onde são representados professores, agrupamentos, escolas, várias instituições e o representante do Ministério da Educação neste órgão perguntado por mim, isto está contra o sistema educativo os novos princípios, o senhor disse que não.

Porque ele percebeu que o nosso conceito de sistema de centro educativo polinucleado era no fundo uma forma de resolver o problema e uma forma melhor de resolver o problema do que aquele que o Ministério da Educação proponha.

Diz uma senhora, que levei os jornalistas a dar uma visita, é verdade! levei a dar uma vista a dois centros educativos, polinucleados para toda a gente perceber. Devo dizer que os próprios jornalistas não sabiam, vejam e vem que a nossa propaganda é tão grande que no Vale das Flores havia um jardim-de-infância de ultima geração ao lado de uma EB1 e que era um centro educativo polinucleado. E os jornalistas também não sabiam, porque eu ainda não tinha dito que há um jardim-de-infância absolutamente igual ao outro que está junto de Montes-Claros noutra EB1, que perfaz um novo centro educativo. A esse jardim-de-infância só falta o linóleo no chão.

Portanto ele abrirá este ano como é natural e normal.

Aquilo que foi mostrar aos senhores jornalistas é aquilo que acho que deve ser um complemento, de um Centro Educativo, a fazer como grande instalação dentro de um meio urbano que é a EB1, escola/jardim da Solum, que tem ao

lado, um jardim-de-infância da autarquia, assim perfazendo um novo centro educativo polinucleado.

Só gostaria que o Ministério da Educação compreende-se, e seu que compreende, porque as indicações que tenho, são que na verdade já está percebido aquilo que estamos a dizer. Da mesma maneira que está percebido que nos temos a autonomia suficiente para dizer que há soluções que recusamos e há soluções que queremos.

E desde que, no conjunto geral, a melhoria das condições de vida das crianças, seja assegurada, não tenho nenhum problema em relação a isso.

Nós tivemos a ocasião de dizer outras duas coisas que também são importantes à precisão desta carta educativa.

É o Ministério que nos pede para insistirmos na ocupação de alunos de EB1, de EB2/3 e eu recusei isso, porque acho que deve o Ministério defender essa política e nós, se fôr caso disso, seguir essa política. Porque me recuso a transferir alunos das EB1 para as EB2/3, sem condições de transferência, não meto tudo no mesmo saco, há critérios a que temos de respeitar, porque há problemas específicos de crianças com idades das EB1 que não se podem confundir com as crianças de idade EB2/3.

Está a fazer esta Carta Educativa, um dos melhores técnicos do planeamento do País, e V. Ex^{as} acham que ele é mau, não sei quem é que é bom, mas agora vos garanto uma coisa, se esse senhor ouvisse algumas das coisas que os senhores diziam ele certamente que não gostaria, porque é toda a carreira dele que está em jogo e naturalmente que ele fez um trabalho sério, em relação à qual eu não tenho nem sequer a mínima dúvida de contestar.

Portanto, quero só dizer-vos o seguinte:

Tudo aquilo que nós estamos a fazer, é feito de consciência completamente perfeita e tudo aquilo que é esta Carta Educativa, ele pode ser aceite, pode não ser aceite, não me interessa nada disso, a única coisa que vos digo é que de acordo com os critérios que aqui estão, de acordo com as especificações e alterações que foram feitas, ela tem todas as condições para ser aprovada. Isso mesmo aliás foi dito repetidamente pelos vários intervenientes nesta questão ao longo do tempo em que ela foi elaborada.

Devo dizer, que esta Carta Educativa começou de facto em 2003, a ser elaborada, foi o tempo em que várias outras foram elaboradas, que não respeitam o sistema educativo, porque foram aprovadas antes, mas o Ministério nunca se lembrou de as alterar, embora elas não respeitassem o novo sistema educativo. A nossa que parou para o acomodar o novo sistema educativo é que era recusada porque não tinha os objectivos traçados pelo Ministério da Educação é uma coisa absolutamente absurda, só se compreende quem queira fazer politica com isto, eu não quero, eu quero dar uma solução em relação ao município de Coimbra, em relação às suas escolas para, melhorar as condições de aprendizagens dos alunos, é tudo quanto quero, não quero mais do que isso.

Já disse uma série de vezes que também não quero, fazer centros educativos, por fazer centros educativos, não quero fazer obras de regime, não é isso que quero, quero dar soluções de acordo com as circunstâncias e as condições."

Intervenção do deputado Carlos Cidade:

"Só uma questão pequena, é que há um princípio, que estás estabelecido, que é a existência de um professor, uma turma, um ano. Esse princípio não está

assegurado nesta Carta Educativa, e a realidade de hoje, das escolas do 1º ciclo não tem nada a ver com este princípio que é correcto. E a Câmara não assegura na Carta Educativa independentemente dos centros educativos e se fosse para concretizar aquilo que o Senhor Presidente acaba de dizer, tinha que isso ser salvaguardado. Por isso, é que nas freguesias e as escolas hoje existentes não têm garantias nenhuma de que o futuro vai ser melhor do que existe hoje. Esta é a realidade, nua e crua senhor Presidente.

O exemplo que a Ribeira de Frades aqui deu, multiplicasse por muitas escolas, e isso não está salvaguardado, não têm soluções para esse tipo de problemas."

Ponto 5-Declaração de Utilidade Pública:

-Unidade de Execução da Quinta da Fonte da Cheira

Para este processo, o deputado municipal José Manuel Ferreira da Silva pediu para se ausentar desta deliberação por ser parte interessada neste processo.

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, foi apresentado o processo devidamente instruído pelos serviços competentes, solicitando a esta Assembleia Municipal a declaração de utilidade pública com carácter de urgente e autorização para a tomada de posse administrativa do encargo autónomo da parcela devidamente identificada na planta parcelar anexa ao processo.

Conforme deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião realizada em 14/04/2008 e de acordo com o Plano Director Municipal em vigor, o local insere-se em Zona Residencial R2.5 e foi considerado como área de "*intervenção prioritária*", nos termos do seu artigo 68º. A Norte, de acordo com os estudos em curso, está prevista a transformação do actual ramal da Lousã em metro ligeiro de superfície. A área em estudo foi atravessada por uma via municipal secundária de ligação entre a Estrada da Beira e a Solum, a qual deixou mais visível a degradação e precaridade das construções existentes nesta zona do centro da cidade.

Com a Unidade de Execução da Quinta da Fonte da Cheira e em substituição dos proprietários e com a sua anuência, pretende-se garantir um desenvolvimento urbano harmonioso, racionalizando a ocupação do espaço e dotando-o de infra-estruturas públicas indispensáveis ao seu funcionamento. O Estudo Urbanístico aprovado, figura como solução "*base*" ou de "*referência*" e define os traços essenciais dos projectos a aprovar no seu âmbito.

Em 12 de Fevereiro de 2007, foi celebrada escritura de "*Concepção / Construção da Urbanização da Quinta da Fonte da Cheira*", entre o Município de Coimbra, os proprietários dos terrenos envolvidos e a firma concessionária OBRECOL Coimbra – Urbanização e Promoção Imobiliária, Lda. O respectivo Caderno de Encargos (n.º 2 do artigo 5º), obriga o Município de Coimbra a assumir-se como entidade expropriante, no caso de as tentativas de acordo / negociação da concessionária para desocupação dos terrenos saírem frustradas.

Efectuadas aquelas diligências, carece de resolução o arrendamento com a Sociedade João Simões Lopes, Lda, relativo à Parcela identificada com o n.º 21, com a área de 1.737,00 m², que confronta de norte com Rua da Fonte da Cheira, de sul com Rua do Brasil, de nascente com Parcela 20 e de poente com herdeiros de Joaquim Maria Domingos, parte do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 1909 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 7261, Freguesia de Santo António dos Olivais, sito na Quinta da Fonte da Cheira, pertencente a José Guilherme Fernandes da Cunha Vaz e outros.

O promotor é, ou melhor, o concessionário é responsável pelos encargos finais resultantes deste processo.

A previsão dos encargos com a expropriação do referido Encargo Autónomo da Parcela 21 é de €20.435,00 (vinte mil, quatrocentos e trinta e cinco euros) e tem por base a avaliação efectuada por perito da lista oficial, de acordo com o n.º 1, alínea c) e n.º 4 do artigo 10º do C.E., que apresentou o respectivo relatório, anexo à presente informação.

Pelo exposto e em conformidade com o artigo 64º, n.º 7, alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, conjugado com preceito específico da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, propõe-se que seja requerida ao Governo, através da Direcção Geral das Autarquias Locais, a declaração de utilidade pública com carácter urgente e autorização para a tomada de posse administrativa do encargo autónomo da parcela de terreno mencionada, devidamente identificada na planta parcelar anexa, nos termos do disposto nos artigos 10º, 12º, 13º, 14º e 15º do C.E., com os fundamentos atrás referidos, como proposto no parecer jurídico do Cedoua de 20 de Novembro de 2007.”

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, e com competência que lhe é conferida nos termos do artigo 14º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 168/99 de 18 de Setembro, aprovar a declaração de utilidade pública, com carácter urgente e autorização para a tomada de posse administrativa do encargo autónomo da parcela de terreno atrás mencionada.

-Via estruturante Santa Clara/S.Martinho do Bispo-Troço da Quinta do Lagar/Centro de Saúde:

O assunto mencionado em epígrafe, foi devidamente instruído pelos serviços competentes, solicitando a esta Assembleia Municipal a declaração de utilidade pública com carácter de urgente e autorização para a tomada de posse administrativa das parcela devidamente identificadas no Mapa das Expropriações e na planta parcelar anexa ao processo.

Conforme deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião realizada em 14/04/2008, este projecto diz respeito ao arruamento de ligação entre a rotunda da Quinta do Lagar e a rotunda, em construção, junto ao Centro de Saúde de Santa Clara, o qual possui, desde a sua construção, um acesso extremamente deficiente. Este acesso é efectuado apenas pela Rua Salgueiro Maia, demasiado estreita, onde o cruzamento de veículos ligeiros se faz com dificuldades, não permitindo a circulação de transportes públicos adequados. A construção de superfícies comerciais e equipamentos no planalto de Santa Clara agravou esta situação, uma vez que a utilização desta via aumentou substancialmente.

A construção desta via alternativa de ligação entre a Quinta do Lagar e o Centro de Saúde de Santa Clara, encontra-se prevista no Plano Director Municipal e nos termos do seu Regulamento, o troço a executar desenvolve-se em Zona Residencial R2.4.

A via tem uma extensão de 458 metros, mas no troço em que esta coincide com o arruamento já existente, serão apenas feitos ajustamentos ao nível dos lancis, passeios e estacionamento e reformulação do cruzamento com a Rua Augusto de Matos. Além deste cruzamento, terá um entroncamento com a via de acesso

ao Centro de Saúde. Esta ligação, a construir, terá 35 metros de comprimento. Será ainda promovido o reordenamento da zona sobranceira à via projectada e a Rua Salgueiro Maia.

Trata-se, portanto, de uma obra de interesse público de extrema importância e urgência.

Foi possível alcançar acordo, ainda que não formalizado, com alguns proprietários de parcelas necessárias à obra. No entanto, as negociações com os proprietários das parcelas objecto do presente requerimento de declaração de utilidade pública revelaram-se infrutíferas, não se vislumbrando, em tempo oportuno e sem recurso à expropriação, qualquer possibilidade de um acordo razoável com os mesmos.

Pelo exposto e em conformidade com o artigo 64º, n.º 7, alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, conjugado com preceito específico da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, propõe-se que seja requerida ao Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a declaração de utilidade pública com carácter urgente e autorização para a tomada de posse administrativa das parcelas de terreno devidamente identificadas no Mapa de Expropriações e Planta Parcelar anexos, nos termos do disposto nos artigos 10º, 12º, 13º, 14º e 15º do C.E., com os fundamentos atrás referidos.

Neste sentido, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos e com competência que lhe é conferida nos termos do artigo 14º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99 de 18 de Setembro, aprovar a declaração de utilidade pública com carácter urgente e autorização para a tomada de posse administrativa das parcelas de terreno devidamente identificadas no Mapa de Expropriações e Planta Parcelar anexos, nos termos do disposto nos artigos 10º, 12º, 13º, 14º e 15º do C.E.

Ponto 6-Concurso público de concessão de um terreno municipal para a instalação de um posto de abastecimento de combustíveis líquidos, de gases de petróleo liquefeitos (GPL) e área de serviço:

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos aprovar a proposta da Câmara Municipal datada de 14 de Abril, a saber:

Abertura de Concurso Público, nos termos do DL n.º 390/82, de 17 de Setembro, relativo à concessão de um terreno municipal destinado à instalação de um posto de abastecimento de combustíveis líquidos e gases de petróleo liquefeitos, de acordo com o estudo de ocupação e enquadramento no local onde são impostas as condições de ocupação, o Caderno de Encargos e o Programa de Concurso, a planta cadastral do prédio urbano, parcela de terreno destinada a construção, com a área total de 4017 m², situado à Avenida Ferrer Correia, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 7343/20061122, Freguesia de Santo António dos Olivais, inscrito na matriz com o artigo 12495, confrontando do Norte com arruamento, do Sul com António Vasco Bobone e Outras, a Nascente com a Avenida Ferrer Correia e a Poente com a Rua da Quinta da Portela, e o valor de 601.025,00 € (seiscentos e um mil e vinte e cinco euros), correspondente ao valor base do direito de concessão por 20 anos.

Ponto 7-Desafecção do domínio público municipal de uma parcela de terreno sita na Rua da Fonte do Bispo:

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara datada de 14 de Abril, deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, aprovar a desafecção do domínio público da parcela de terreno descrita na informação nº14673 da Divisão de Informação Geográfica e Solos e que a seguir se transcreve:

“No âmbito do Protocolo celebrado em 17 de Junho de 2005 entre o Município de Coimbra e o Clube de Futebol União de Coimbra, o qual foi aprovado por deliberações unânimes, da Câmara de 08/04/2005 (Deliberação n.º 6385/2005) e Assembleia Municipal em reunião de 29/04/2005, para cumprimento do Plano de Pormenor da Arregaça em curso, que prevê a renovação do espaço desportivo. Ficou prevista a posterior permuta da parcela de terreno A, com a área de 1445 m² (pertencente ao domínio público municipal, identificada no Plano de Pormenor como parcela 43) e a parcela de terreno B, com a área de 2120 m² pertencente ao Clube de Futebol União de Coimbra.

Verifica-se que para a concretização do exposto se torna necessária a desafecção do domínio público municipal da área da parcela A, correspondente ao contorno do polígono máximo de implantação dos futuros edifícios a edificar (entretanto deverá ser alterado o loteamento municipal da Lomba da Arregaça).

Propõe-se:

A desafecção do domínio público municipal e a sua integração no domínio privado do Município da parcela de terreno com a área de 1445 m² situada na Rua Fonte do Bispo, Freguesia de Santo António dos Olivais, a confrontar a norte com a Rua da Fonte do Bispo, do sul, nascente e poente com arruamentos. Valor atribuído à parcela para efeitos da desafecção: um milhão e quinze mil e oitocentos e noventa e quatro euros.”

Ponto 8-"Empreitada de construção da Etar de Vil de Matos" - declaração de interesse público municipal:

Para este processo a Assembleia Municipal deliberou emitir parecer favorável ao processo de Reconhecimento de Interesse Municipal, do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Baixo Mondego/Bairrada - Empreitada de Execução do Complexo da Boavista e Extensão ao Sector Nascente - Lote B - Sector Sul, para efeitos de instrução do processo de licenciamento junto da CCDR Centro - Reconhecimento de Interesse Público para desanexação da área da REN, nos termos do nº3 do artº7º do PDM de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 9-Delimitação da "Área para Regeneração e Reabilitação Urbana-aplicação do Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana (OE2008) e candidatura ao QREN:

Relativamente ao processo mencionado em epígrafe a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a proposta da Câmara aprovada em 10 de Março último e que a seguir se transcreve:

“1. A reabilitação de áreas urbanas consolidadas e degradadas das cidades, é uma componente importante na política de ordenamento do território, dado que, para além do património histórico, cultural e social que estas áreas encerram e urge salvaguardar, representa a economia de um recurso escasso, como é o solo. A renovação destas áreas, para além de apresentar alternativa à urbanização de solos, reduzindo as necessidades de expansão das áreas construídas que se

reflectem no alargamento de perímetros urbanos para cobertura das carências que decorrem do crescimento das populações e dos saldos negativos existentes no mercado da habitação, pressupõe ainda um desenvolvimento sustentado e sustentável (administração mais fácil e menos onerosa das infra-estruturas, estruturas e equipamentos de apoio).

Para atingir os objectivos pretendidos deverão envolver-se, em parceria, vários actores locais (população residente, proprietários, Universidade de Coimbra, Juntas de Freguesia e Associações locais), bem como serviços da Administração Central.

Os objectivos gerais das intervenções a levar a efeito na área a delimitar são os seguintes:

- Qualificar e integrar os distintos espaços da cidade;
- Fortalecer e diferenciar o capital humano, institucional, cultural e económico de cada cidade;
- Qualificar e intensificar a integração da cidade na região envolvente;
- Inovar nas soluções para a qualificação urbana.

Como objectivos específicos da política a desenvolver:

- Promover a coesão e a inclusão sociais, a integração e a igualdade de oportunidades das diferentes comunidades que constituem a cidade;
- Promover os factores de igualdade entre homens e mulheres;
- Estimular a revitalização socio-económica de espaços urbanos degradados;
- Qualificar o ambiente urbano e os factores determinantes da qualidade de vida da população;
- Reforçar a atractividade das cidades através da preservação e valorização de espaços de excelência urbana;
- Reforçar a participação dos cidadãos e inovar nas formas da governação urbana através da cooperação dos diversos actores urbanos.

2. O Orçamento Geral de Estado para 2008, aprovado pela Lei nº 67-A/2007 (publicado no DR, I série, nº 251 de 31 de Dezembro de 2007), incluiu um “Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana”, conforme previsto no seu artº 82º.

Este Regime Extraordinário contempla diversos incentivos fiscais disponíveis para “Acções de Reabilitação” a levar a cabo nas chamadas “Áreas de Reabilitação Urbana”, cuja delimitação das mesmas compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e após obtenção do parecer do IHRU.

Os incentivos consistem em:

- a) Isenção de IMI em relação a prédios urbanos objecto de acções de reabilitação, por cinco anos, podendo ser renovada por mais três;
- b) Isenção específica em sede de IRC para Fundos de Investimento Imobiliário;
- c) Tributação à taxa especial de 10% dos rendimentos de unidades de participação em Fundos de Investimento Imobiliário.

Esta possibilidade, prevista neste “Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana” está em “sintonia” com opções já adoptadas pelo Município de Coimbra, conforme Deliberação de Câmara nº 3851/2007, de 24/09/2007.

Por esta deliberação ficaram aprovadas:

- a aplicação de uma taxa de 0,7% aos prédios urbanos e de 0,4% aos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI (alíneas b) e c) respectivamente do n.º 1 do artigo 112º do CIMI);
- a aplicação da taxa de 1,4% aos prédios urbanos devolutos há mais de um ano e de 0,8% aos prédios urbanos devolutos há mais de um ano avaliados nos termos do CIMI (n.º 3 do artigo 112º do CIMI);
- a redução de 10% da taxa aplicável para as freguesias de S. Bartolomeu e Almedina, no pressuposto de que esta medida seja alargada, progressivamente e a partir do próximo ano, a outras freguesias cujos centro históricos venham a ser definidos (n.º 6 do artigo 112º do CIMI);
- uma redução de 10% da taxa aplicável aos prédios urbanos arrendados em toda a área do Município, redução não acumulável com a atribuída no ponto anterior (n.º 7 do artigo 112º do CIMI);
- uma majoração de 20% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados cuja vistoria técnica confirme essa situação e em que, após notificação, não tenham sido realizadas obras pelos proprietários (n.º 8 do artigo 112º do CIMI).

O Município de Coimbra tem vindo a adoptar uma política determinada na promoção da Reabilitação Urbana do seu Centro Histórico, para o que tem em curso e constituiu:

- Alta de Coimbra – Gabinete do Centro Histórico;
- Baixa de Coimbra – Sociedade de Reabilitação Urbana, SRU Coimbra Viva.

Assim, propõe-se:

Definir como a “Área para Regeneração/Reabilitação Urbana” da cidade de Coimbra a delimitada no PDM em vigor como Limite do Centro Histórico da Cidade de Coimbra com graus de protecção I, II e III, cuja cópia se anexa.”

Ponto 10-IPN-Incubadora - isenção de IMI:

Para o processo mencionado em epígrafe, sob proposta da Câmara datada de 14 de Abril, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a concessão de isenção de IMI à IPN Incubadora-Associação para o Desenvolvimento de Actividades de Incubação de Ideias e Empresas, por cinco anos, sem efeitos retroactivos.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Ponto 11-Adesão do Município de Coimbra à Associação Exploratório Infante D. Henrique:

Sob proposta do Executivo Municipal datada de 27 de Dezembro último, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, nos termos da alínea m) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de 11 de Janeiro, aprovar a adesão da Câmara Municipal de Coimbra à Associação Exploratório Infante D. Henrique.

Do mesmo modo foi deliberado aprovar os respectivos estatutos.

Ponto 12-Concessão da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra ao Prof. Dr. Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva:

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe o Presidente da Assembleia disse que achava uma excelente iniciativa. Pelo currículo que tinha o Prof. Dr.

Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva não podia deixar de transmitir o seu voto favorável.

O deputado Pinto Ângelo sobre este assunto disse que pensava o mesmo e propunha à Mesa que o voto inegavelmente favorável fosse também por aclamação.

Posto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e aclamação atribuir a Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra ao Dr Prof. Dr. Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva.

Aprovação de actas:

Antes de terminar a reunião o Presidente da Assembleia colocou à votação as actas das reuniões realizadas em 21 de Dezembro de 2007 e 29 de Fevereiro de 2008, tendo as mesmas sido aprovadas, por unanimidade, com os ajustes tidos por convenientes dos deputados municipais.

E sendo 20 horas e 30 minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.